

O meio e a qualidade do habitat residencial

A. M. REIS CABRITA *

1. INTRODUÇÃO

O presente texto integra-se na dissertação do autor no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, introdutória a um plano de investigação sobre a «Qualidade da Habitação: do Conhecimento à Gestão da Qualidade».

O termo «qualidade» que vem no subtítulo do trabalho é pouco entendido entre os arquitectos, e é mesmo suspeito de veicular um novo funcionalismo mecanicista, agora em nova versão consumista. Esta desconfiança provém muito da ligação do termo «qualidade» à objectividade estrita e ao quantitativo, quando na arquitectura e nas ciências humanas a habitação é um valor subjectivo e qualitativo tocando, por vezes, o inexplicável e o indiscutível (o cultural, o estético). No entanto, não só os arquitectos entendem as implicações materiais, como também o desenvolvimento das ciências humanas nas sociedades modernas obriga aquelas a acompanhar as exigências dos utentes que, por sua vez, também pretendem, cada vez mais, rigor e competência, mesmo na satisfação das aspirações subjectivas e das necessidades qualitativas e intangíveis. Verifica-se, portanto, uma convergência daquelas disciplinas com as ciências e tecnologias da construção até porque estas têm também alargado progressivamente o seu conceito de quali-

dade técnica no sentido de que os seus elementos dêem uma ampla satisfação no uso.

Só que nem sempre o utente é uma pessoa ou família identificada, pode ser um grupo desconhecido pertencendo, quando muito, a um estrato socioeconómico e a uma região conhecida. Surge então uma figura intermédia, o programa, que tem autores pessoais e institucionais que nele inculcam preocupações equivalentes às que o utente conhecido apresentaria.

Esses autores farão isso por aproximação a um «retrato robot» que também vão construindo. Ao mesmo tempo adicionarão objectivos próprios, da sua classe ou instituição, que, embora discutíveis, no sentido mais positivo, terão uma orientação para valores de progresso (modernidade, solidariedade, contacto com a natureza, etc.) mas que também podem ser negativos (exploração económica, conservadorismo cultural, encerramento social, etc.).

O homem comum não é autónomo na realização da sua casa, ainda que o faça por autoconstrução. Está dependente dos meios técnicos que a sociedade coloca ao seu dispor. Mais dependente está a grande maioria das pessoas que, apesar de continuar a projectar na habitação a satisfação das suas necessidades e aspirações, deseja obtê-la como objecto apto a usar, escolhendo-a num mercado o mais diferenciado que possível, quanto a local, tipo, dimensão, gosto.

Ligando esta necessidade geral com o conceito de qualidade, tal como foi definido, verifica-se que a satisfação da qualidade reside na melhor adequação entre as necessidades e aspirações manifestadas na procura individual e social da qualidade habitacional

* Arquitecto, Investigador Coordenador, Chefe do Núcleo de Arquitectura do LNEC.

e a oferta que os meios técnicos e institucionais da sociedade são capazes de oferecer, definida esta qualidade em qualidade específica, variedade, durabilidade e preço compensador.

Delineado nestes termos o problema central da qualidade, o estudo estrutura-se de modo a reproduzir o confronto que ele pressupõe, confronto entre a procura e a oferta de qualidade habitacional. A oferta existe porque existe procura; a oferta, para subsistir tem que se adequar à procura e esta, para se satisfazer de uma forma expedita, tem muitas vezes que se adequar à oferta. A procura tem uma dimensão conservadora e outra inovadora; a oferta também, de que resultam acertos mas também desajustes e contradições. A procura não é «total» porque as pessoas geralmente não estão «na rua» à procura de casa; há portanto uma procura relativa, evolutiva e dinâmica, a partir de uma habitação menos satisfatória e que por vezes já satisfaz, mas cujo uso gerou novas insatisfações e, portanto, nova procura. A oferta também promove novas procuras para suportar o seu próprio sistema técnico-económico e isso tanto pode ser positivo e inovador como alienante.

Esta análise à procura e à oferta é feita, em seguida nas duas Partes que ficaram concluídas do estudo, uma sobre a procura e outra sobre a oferta. Mas, como se viu o processo é dinâmico e vive da sua relação crítica. Isso caberia à III Parte que apenas foi iniciada mas que cedo se verificou não caber numa mera descrição da investigação havida e informação existente, mas ser, ela própria, objecto de estudo. Nessa III Parte a relação «procura-oferta» pode ser estruturada por objectivos de qualidade como a privacidade, a inter-relação familiar, a mobilidade residencial, a adequação ao salário, etc., ou também segundo as várias fases do processo do empreendimento habitacional, desde o planeamento/programa até à utilização, que é uma forma mais ordenada e exaustiva de o abordar.

A I Parte do estudo analisa a satisfação das necessidades individuais e colectivas no exercício do habitar, em geral e em torno das relações do homem e da família com a casa e com o habitat, envolvendo, nestas últimas, também, a comunidade de vizinhança. Termina com uma descrição taxonómica de como as ciências humanas e a arquitectura têm contribuído para a análise e explicação destas necessidades e respectivos comportamentos.

A II Parte do estudo analisa três grandes domínios em que o meio sociotécnico tem contribuído

para a qualidade de habitação: (i) a qualidade arquitectónica (intra-edificação e inter-edificações) nas perspectivas humanistas, «funcional/espacial» no sentido amplo e ambiental; (ii) a garantia da qualidade da informação técnica e dos produtos; (iii) a gestão da qualidade técnica, processual e administrativa dos empreendimentos envolvendo os programas, a participação, o controlo, a avaliação.

O texto sobre «o Meio e a qualidade do habitat residencial» insere-se na I Parte do trabalho, concretamente numa explanação sobre os principais aspectos teóricos e estruturais de uma formulação geral da qualidade.

Esta explanação segue-se a uma breve apresentação de conceitos e de dados básicos como: o conceito de habitar tratado ao nível do alojamento e ao nível do ambiente próximo ou da vizinhança do edifício de habitação; as condições objectivas e subjectivas que informam, a qualidade da habitação numa dada região, neste caso o território nacional.

A apresentação dos «principais aspectos teóricos e estruturais da procura da qualidade» é feita em torno de dois pólos, um centrado no «Homem e a Casa», que não é aqui apresentado sendo apresentado, no entanto, o outro pólo «o Meio e o habitat».

A I Parte do trabalho termina com uma referência sistemática dos métodos das ciências humanas aplicadas na análise da procura da qualidade.

2. O OUTRO PÓLO: O MEIO E O HABITAT

O Meio é o outro pólo desta análise aos temas que têm sido objecto de estudo sobre a procura individual e social de qualidade residencial no habitat e no alojamento. O termo Meio é aqui entendido como o ambiente na sua perspectiva mais ampla pela reunião das suas facetas física, social, cultural e institucional. Inseridas no Meio mas de forma destacada estão duas realidades bem distintas mas interligadas: o Homem e as Actividades. A primeira foi o tema quase exclusivo do ponto anterior, a segunda será ainda abordada mais adiante, nesta primeira parte do trabalho, ligada às necessidades e comportamentos. Homem, Meio, Actividades formam um triângulo fundamental para a definição de qualidade de vida a todos os níveis e, portanto, também no habitat e no alojamento.

Na exposição do tema ligado ao pólo Homem fizeram-se, como era natural, inúmeras incursões nos temas do Meio, dada a presença e influência sobre o Homem dos elementos ambientais. Por esta razão e porque o tema principal deste trabalho está centrado no alojamento e no edifício de habitação, as referências ao Meio serão mais resumidas e tentarão evitar-se repetições desnecessárias.

A exposição dos temas relativos ao Meio será feita em três fases: (i) aspectos humanos, através da realidade social e cultural; (ii) aspectos micro-urbanísticos (de uma forma muito resumida) através da realidade física, o habitat; (iii) referências não exaustivas sobre como aspectos das duas realidades, a humana e a «física/espacial», se articulam através da realidade socio-ecológica.

2.1. A realidade social e cultural

Em todas as sociedades não só as fronteiras entre as raízes culturais e os modelos sociais são pouco nítidas, como também os comportamentos de origem etológica se combinam com as práticas sociais. Ambas estas facetas ainda estão mais imbricadas quando se trata do habitat. Com a consciência desta realidade, que poderia recomendar uma estrutura de texto integrado reunido em torno de temáticas, opta-se, no entanto, dada a natureza do trabalho, por uma exposição mais tradicional abordando os temas etnológicos e sociológicos, nesta ordem, e, destes, primeiro os urbanos e depois os habitacionais.

a) *Expressão de culturas urbanas* — A realidade cultural hoje nos territórios urbanizados ainda é predominantemente rural e de convívio entre diferentes culturas urbanas e assimiladas à urbanidade inter-relacionando-se e partilhando o mesmo território e a mesma civilização. Pensando no espaço europeu, a diferença entre elas, embora reduzida, tem cada vez mais uma raiz ecológica designadamente pela: influência da diferente implantação no território urbanizado; impactos ambientais diferenciados (por ex., acessibilidade, poluição); degradação física (áreas históricas e industriais antigas, versus novos bairros); falta de equipamentos (periferia versus zonas de prestígio e turísticas). A estas influências associa-se uma diferente raiz ecossociológica (por ex., a existência de «zonas-problema» pela convergência de pobreza e desemprego cíclicos, menor educação e reduzidas oportunidades) acentuando, portanto, den-

tro de certos limites, as diferenças. O resultado é uma diferenciação social e residencial ao nível do território e da cidade que é apercebida diferentemente pelas classes socioeconómicas em que também se dividem aquelas culturas e provoca *movimentações residenciais* não só por razões sociais e culturais (por ex., de prestígio ou de afinidade), mas também por capacidades, ou incapacidades económicas⁽¹⁾ (Timms, 1971).

Estas *movimentações têm acentuado a estratificação e a segregação social e residencial, ainda que na sua origem esteja uma ideia oposta*, e têm acentuado o papel da nova ecologia urbana na criação de culturas urbanas diferenciadas⁽²⁾. Citam-se dois tipos mais característicos destas culturas urbanas, ambos com importantes diferenças consoante a região, ou o aglomerado urbano em causa e ambas a sofrer mutações importantes:

a1. uma cultura das *zonas históricas degradadas* e pobres acentuada pelo isolamento e falta de equipamento destas zonas, pela insolvência dos seus moradores, desequilíbrio familiar (idosos, trabalhadores isolados), ausência de emprego, um quadro físico com uma morfologia aliciante e forma urbana significativa, mas degradado e insalubre; culturalmente os laços antigos, fruto de uma vitalidade que se perdeu, não são substituídos, embora em algumas zonas se mantenha um certo equilíbrio social e uma cultura popular rica⁽³⁾.

a2. uma *cultura de periferia* com grandes diferenças predominando nuns sítios uma vida urbana incompleta, noutros uma vida rural degradada e, noutros ainda, a coabitação de ambas estas formas, ainda que mitigadas (Chombart de Lauwe, 1982). Esta nova cultura urbana é marcada pela complexidade e agressividade do Meio (ambiente poluído e degradado, maus transportes, falta de emprego), pela inexistência de consolidação física e social ou de uma verdadeira cultura, clara, socialmente assumida e

(1) O retrato simplificado das movimentações é habitualmente o seguinte: mais pobres para o centro degradado do aglomerado, mais ricos para o centro recuperado e para a periferia verde exterior, classes médias para a periferia urbana e para zonas com grande diferença qualitativa consoante as suas posses e ambições.

(2) Que se desconhecem e só dialogam platonicamente na ficção (por ex., nas telenovelas) ou se encontram episodicamente na mesma multidão de assistentes a espetáculos de massa.

(3) Lisboa, por exemplo, ainda pode orgulhar-se de o conseguir em algumas zonas.

integradora de valores (Lozonci, 1976). Imagem disso é a paisagem das periferias urbanas marcada pela ampla gama de situações físicas e económicas, desde os «habitats» improvisados e precários até às urbanizações de prestígio, passando pelas expansões caóticas (legais e ilegais), novos conjuntos habitacionais (públicos e privados). Da cidade, do seu centro, tanto vêm as imagens civilizacionais de referência como as normas urbanísticas estranhas ao processo urbano da periferia, gerando-se uma contradição cuja resolução consiste em tentar conseguir a apropriação do estatuto que aquelas imagens sugerem e, ao mesmo tempo, «contornar» estas normas. Cada vez mais o habitat e o residencial são sinónimos de periferia em cujo perfil cultural se amalgam o rural, o urbano, o popular e o marginal com doses diferentes consoante as periferias.

Em ambas estas ecoculturas verifica-se a persistência de ciclos de pobreza que, para uma boa parte dos seus membros, acabam por criar uma *cultura urbana da pobreza* — com modo de vida e racionalidade próprios, que efectua bloqueamentos psíquicos difíceis de romper (Lewis, 1966). Esta cultura da pobreza pode ter raízes na cultura camponesa e figurar assim como uma permanência, agora agravada pela difícil auto-suficiência em meio urbano (Mangin, 1970). Esta cultura processa-se em habitats de baixo nível de qualidade e é fruto não só de condições económicas mínimas mas também de carências culturais. Define muitas vezes um habitat a partir dos sobejos da sociedade. A mudança socioeconómica só é possível depois de ultrapassados os bloqueamentos culturais e de isolamento. A apreensão ainda que parcial desta situação e o bloqueamento de oportunidades corrente, bem como uma reduzida mobilidade social e residencial, têm conduzido, em diversos locais e circunstâncias, a movimentos urbanos (ou lutas urbanas) que conseguem assim ultrapassar aquele bloqueamento. Nas situações mais puras ou genuínas esses movimentos são ainda manifestações extremas ou patológicas de uma nova cultura urbana, ainda em definição, mas marcada por vários vectores já bem definidos: comunitária, ecológica, participada, desenvolvimento local integrado ⁽⁴⁾.

(4) Nas suas diversas manifestações, estes movimentos são mais ou menos institucionalizados, mais ou menos dispersos, mais ou menos puros, mais globais ou mais especializados. São exemplos os «clandestinos» portugueses, na sua essência, ou as associações de ocupantes de prédios vagos em centros de cidades europeias.

O diálogo das diversas culturas urbanas, a influência da comunicação social, a pressão dos movimentos urbanos, a possibilidade optimista do desenvolvimento socioeconómico no quadro urbano, a extensão educativa e a animação cultural permitem prever uma certa forma de *metacultura urbana*, talvez mais superficial que profunda ⁽⁵⁾. Esta metacultura, idealizada mas necessária, é feita não apenas de padrões culturais novos ou recuperados do passado, mas também, cada vez mais, das próprias imagens e soluções espaciais e ambientais que forem sendo exploradas, criadas, publicitadas em paralelo com os novos fenómenos sociais e as ideias (significante e significado em construção e crítica) ⁽⁶⁾.

Para essa cultura vão contribuir características da cultura urbana geral já existentes ou já previsíveis. Citam-se as principais ⁽⁷⁾:

- em destaque figuram as condições gerais básicas de que decorrem as outras: segurança, solidariedade, liberdade e ampla abertura de oportunidades;
- heterogeneidade cultural em diálogo;
- mobilidade voluntária resultante de necessidades genuínas;
- participação comunitária na gestão do quotidiano;
- subordinação, apenas parcial, da vida privada à vida pública (Ledrut, 1968);
- desenvolvimento equilibrado entre consumos culturais e materiais, entendendo que a cultura e a educação não são necessidades secundárias (Baudrillard, 1969);
- relações sociais e participação social ⁽⁸⁾ propiciadas através da mediação física da cidade, em geral, e da vizinhança em particular (os espaços urbanos, os equipamentos colectivos);
- dinâmicas social e cultural assimiladas sem a dependência da moda.

Estas características permitem uma actuação esclarecida sobre o habitat, mas se tal não for feito é

(5) As pessoas partilham benefícios sociais e comodidades, mas aprofundam-se barreiras culturais que muitas vezes não têm nada a ver com as condições económicas.

(6) Cada vez mais a cidade com as suas potencialidades é mediadora, é produtora de cultura, é cultura, «feita pelos homens, ela educa os homens» (Ledrut, 1968).

(7) As características referidas estão essencialmente ligadas à definição das aspirações culturais e cívicas que são as que se abordam neste ponto.

(8) Luta contra a imagem urbana de indivíduos isolados numa sociedade de massas.

o próprio quadro físico existente que acabará por lhes limitar o alcance ⁽⁹⁾. É nesta posição programática, mista de cultural e civilizacional, que a cultura também se constrói.

b) *Cultura rural versus cultura urbana* — No final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX a oposição entre cultura rural e cultura urbana polarizou a atenção de antropólogos e sociólogos. Corrorespondendo ao período de grande peso e isolamento do mundo rural e de crescimento massificado das grandes cidades, realizaram-se estudos que conduziram à definição de modelos antagónicos de ruralidade e de urbanidade (Durkheim, Simmel, Sorokin, Redfield et al.) ⁽¹⁰⁾, tendo-se esbatido, no final do referido período, esses antagonismos (Mines e Lewis, 1952). A seguir à II Grande Guerra torna-se patente a urbanização do campo, a diluição da cidade no território e a difusão de ideais e modelos bucólicos nos urbanistas. Hoje é mais próprio falar de uma continuidade urbano-rural (Lewis) inserida num mosaico de subculturas (Ledrut, 1968) em que a ruralidade permanece, mas mais determinada por condições da geração mais idosa, incapacidade económica e reduzida comunicação com o exterior.

Nesta continuidade ou interpenetração figuram cada vez mais os aspectos culturais combinados com os civilizacionais e torna-se progressivamente difícil destrinçar uns dos outros ⁽¹¹⁾. Muitos dos factores civilizacionais ganham raízes, padronizam-se, pas-

(9) Referem-se a título meramente ilustrativo alguns objectivos necessários na realidade urbanística:

- quadro físico objecto de identificação e apropriação individual e colectiva;
- densidade geral média;
- desenvolvimento equilibrado, no tempo e no espaço, das actividades e do quadro físico;
- espaços exteriores diferenciados, equipamentos integrados de diferentes níveis.

(10) A título de exemplo cita-se a definição de Redfield (1949) para a sociedade campestre: pequena, isolada, iletrada, homogeneidade somática, sentido de comunidade, tecnologia simples, divisão rendimentos do trabalho, auto-suficiência económica, cultura estática, soluções convencionais para os problemas, trocas de bens e produtos feitos mais com base em estatutos pessoais do que com antecipação de lucro, conhecimento rico mas abstracto e sistemático, religião proeminente, sociedade composta de família e não de indivíduos. E cita-se a de Sorokin (1929) para a sociedade urbana: proliferação de monocultura; ambiente construído, dimensão, heterogeneidade, densidade, estratificação social, mobilidade, interacção secundária, segmentária e instrumental (Cousins e Nagpaul, 1979).

(11) Por exemplo, o uso privado do automóvel e a percepção do espaço-tempo.

sam ao imaginário e daí entram no corpo dos constructos culturais; ilustrando que, aliás, o problema é remoto refira-se que a etnografia sempre se alimentou dessa simbiose (intervenção tecnológica sobre a natureza recoberta de uma imagem mítica relativa a essa mesma natureza).

Mais perto dos aspectos sociológicos e civilizacionais existem outros factores que marcam aquela distinção inicial (entre urbano e rural) e a continuidade e interpenetração actuais pela diminuição dos afastamentos entre os pólos urbano e rural como os seguintes (citando primeiro os rurais):

- sociedade de famílias alargadas versus sociedade familiar parental;
- rigidez social e locacional versus mobilidade;
- relações humanas ricas versus relações sociais (civilizacionais) ricas;
- baixa densidade versus alta;
- agregação social diferenciada versus estratificação e segregação social;
- etc.

Por detrás do confronto inicial desta dualidade e da sua convergência actual, está a histórica evolução da cidade e do campo para o território urbanizado.

Mais uma vez o habitat e o alojamento, pela sua função, têm de contemplar estas oposições e participar na sua resolução dialéctica através do processo de realização (pela participação, ampliação e diversificação do mercado da oferta, apoio a associações locais, etc.), e através das formas e dos espaços concebidos (pela utilização de escalas e densidades edificadas médias, diversidade de tipologias, disseminação de equipamentos colectivos, etc.).

É neste sentido que podemos falar, apesar da crescente convergência, de *factores confrontantes de índole cultural*, tais como (citando primeiro os rurais):

- homogeneidade cultural face a heterogeneidade;
- conservadorismo do habitat versus moda;
- comunidade fortemente gregária versus sociedade com acentuação individual (Cousins e Nagpaul, 1979);
- sobreposição entre os conhecimentos e os meios utilizados (domínio) versus afastamento entre ambos (dependência);
- comportamento de raridade face aos bens versus comportamento de consumo (Mangin, 1970; Lozonczi, 1976);
- etc.

O habitat e o alojamento como fronteiras entre a expressão da cultura e a expressão da civilização reflectem esta oposição, ou dialéctica que caminha para uma resolução geral e a criação de novas contradições. Por isso, a produção industrial esteve ao serviço da homogeneidade física e hoje procura a heterogeneidade; as instituições sociais e políticas favorecem a criação de comunidades urbanas autodeterminadas e menos impostas pela produção e mercado do habitat; apoia-se a criação de laços sociais e comunitários mas favorece-se a mobilidade social e residencial; aumenta a produção de moradias mas mantém-se e defende-se a ocupação de apartamentos por jovens e idosos. Entre as antigas e novas comunidades, assim como entre as rurais e as urbanas, sempre houve grandes linhas de continuidade de natureza cultural que importa aprofundar e assegurar, até para assegurar o desenvolvimento de novos factores de diálogo, são elas a realização ontológica e cosmogónica, a sobrevivência, a liberdade e o uso de comportamentos padronizados (Mangin, 1970).

A emigração para a cidade traz consigo problemas culturais para os que emigram (por ex.: perda da pressão dos princípios directores; incerteza de aspirações; perda de padrões de referência familiar; confronto de modelos do passado, com os seus, com os do Meio e com os do futuro ainda difusos e contraditórios), problemas que envolvem tensões, aculturação por vezes acelerada, combinada com revezes socioeconómicos (Lozonczi, 1976) e problemas também para os que ficam (por ex., falta de dinâmica evolutiva pela saída dos mais novos).

A esta descrição pessimista opõe-se outra mais optimista apontando para a boa integração dos camponeses nos estratos populares da cidade, para a sábia assimilação de novos valores mantendo a essencialidade dos valores que trazem consigo (são eles que fizeram a cidade viva) (Mangin, 1970). Mas estas são referências que pertencem ao passado, hoje se alguma emigração há para a cidade é reduzida (minorias ricas para áreas «nóbres», minorias insolventes para áreas degradadas), envolvendo não só culturas rurais mas etnias diferentes. O fenómeno principal é a emigração do mundo rural para os territórios urbanizados ou semi-urbanizados, juntando-se aí com os repe- lidos da cidade e formando uma nova cultura.

c) *Papel e importância da perspectiva sociológica* — Como poderá a sociologia, ciência descritiva

e explicativa da estrutura social e das suas transformações, dar uma contribuição à percepção e definição social da qualidade da habitação, garantir um mínimo de autenticidade a essa afirmação bem como a sua utilidade para a melhoria do habitat. Pelo tipo de temas em causa, como tem vindo a ser exposto, verifica-se facilmente que a sociologia não explica, só por si, as origens e o conteúdo do conceito habitar numa determinada comunidade. *É pelo diálogo disciplinar que se irá tirar partido das potencialidades da sociologia:* por um lado, pela contribuição de *novas ciências*, derivadas, muitas delas, dos tradicionais troncos das ciências humanas, tais como a psicossociologia, a antropologia social (ou mais concretamente, urbana) e a ecologia social (ressonância do actual relevo dos conceitos ecológicos) ⁽¹²⁾; por outro lado, pela contribuição de *ciências com objectos mais específicos* e que apoiam a sociologia como a demografia, a linguística, a etologia e ainda pela contribuição de desdobramentos que a especializam como a sociometria, a sociologia urbana e a sociologia da habitação ⁽¹²⁾.

Viu-se na descrição do pólo anterior que o *Homem tem uma relação biunívoca com o Meio*, tem sobre este uma opinião, altera-o em conformidade e recebe dele estímulos. Relação possível por o Homem ter personalidade, objectivos, capacidade crítica e determinação. Poderá a sociedade ou a comunidade de vizinhança ter um comportamento similar, ou pelo menos actuar com um conteúdo próprio, distinto do somatório do dos seus sujeitos? Só assim se justificará a abordagem sociológica das relações Homem-Meio?

Uma determinada sociedade ou comunidade afirma-se por uma personalidade colectiva e rege certos comportamentos colectivos por uma consciência colectiva, podendo grupos sociais menores pautar-se por um estatuto social próprio (Ledrut, 1968). Trata-se de projecções paradigmáticas pessoais, sedimentadas na história colectiva, reunidas num todo sociológico abstracto mas razoavelmente delimitado e que, uma vez codificados, são aplicadas como padrões vernaculares, ou como regras institucionais, de conteúdo etológico, ético e esté-

(12) Trata-se de uma evolução similar à que ocorreu em outras disciplinas. Pode-se ver em estudos sociológicos dos anos 60 (Kaés, 1965) onde o tratamento de temas de sociologia urbana entra pela psicossociologia, como seja o caso da formulação de necessidades como se se tratasse ainda de matéria meramente sociológica.

tico ⁽¹³⁾. Deste modo, interessa a abordagem sociológica pela contribuição que possa dar não só ao conteúdo, à qualidade objectiva do habitat, mas mais ao processo, isto é, como se gera e se exerce a expressão dessa qualidade, fruto de uma vontade colectiva. Por esta razão considera-se como factor básico a analisar, a dinâmica da estrutura social e a comunicação, ambos adiante abordados.

A sociologia, também acompanhada de outras ciências como a economia ou a ciência política, contribui decisivamente para definir o tipo de sociedade presente face à sociedade antecedente e aos cenários das sociedades vindouras. É muito difícil que a sociedade presente possa ser definida por outro modo que não o da combinação de vários tipos teóricos tradicionais caracterizados por extremismos unidimensionais (sociedade: de massas, industrial, técnica, da abundância, dos lazeres, de consumo, racional, etc.) (Lefevre, 1968) e introduzindo novas dimensões (sociedade: pós-industrial, da informação e da imagem, pós-moderna). As análises e explicações sociológicas sobre os tipos associados, suas proporções relativas e características de conotação espacial e ambiental são fundamentais para o desenvolvimento do habitat e sua modernização constante.

Para além desta importância, explicativa e prospectiva, a sociologia tem uma importância analítica-dedutiva complementar às análises próprias ou de outras disciplinas, combinando as variáveis destas disciplinas com as variáveis ditas de sociais e socioeconómicas.

Nesta interacção da sociedade, ou da comunidade, com o habitat, a sociologia será entendida como estudando o comportamento do sistema social, definido este pelos seus elementos no espaço (estrutura) e pelas relações entre estes (relações sociais) ⁽¹⁴⁾.

(13) Tal não impede modificações por retroacção provocadas pelo homem, isolado ou em pequenos grupos, desmentindo assim o determinismo social que se poderia pressupor, sem ser necessário, portanto, desmenti-lo pelas determinantes espaciais e ambientais.

(14) Nos elementos consideram-se: os agentes (os indivíduos, os grupos e as instituições); os sectores definindo camadas sociais (por ex., jovens); as categorias sociais (por ex., quadros superiores); as classes sociais (por ex., alta burguesia). Nas relações sociais consideram-se: as relações de vizinhança (por ex., convívio, interajuda); as de interesse (socioeconómicas); as culturais; as de espaço, envolvendo mobilidade e distância (melhor posição no espaço sociogeográfico); as sociais (parentesco, etnia, origem social).

d) *Factores básicos, a estrutura social e a comunicação* — Destes dois factores básicos, sem dúvida que a estrutura social é mais determinante para a explicação, a forma e a qualidade do habitat, no entanto a comunicação (não só o seu conteúdo mas também o seu modo) tende a passar de condicionada pela estrutura social como apenas meio (a comunicação da voz à distância) para elemento transformador de conteúdos (pela facilidade de transmissão de imagem e dados, livre e imediata).

Quanto à *estrutura social* há dois aspectos a salientar:

d1. *A relação da estrutura social com a estrutura do habitat*: O conceito de sistema social do ponto anterior c) contém o de estrutura social, o qual sublinha a morfologia do sistema, i.e., dá mais importância às relações dos elementos no espaço e aos tipos de relações do que às características dos elementos. É através da estrutura social que se devem procurar as similitudes mais significativas com o habitat, designadamente entre as relações espaciais dos elementos (por ex., relações de distância entre grupos sociais na vizinhança) e a estrutura física do habitat. É neste sentido que Pahl (1970), fala de sistema socioecológico e Chombart de Lauwe (1965) fala de espaço sociogeográfico e ambos afirmam a sua correspondência com a estrutura social (e cultural). Esta correspondência tem origem na constatação de relações entre elementos do sistema social e do habitat (por ex., entre estrato social de 3.ª idade e habitat antigo degradado). O seu interesse, para o desenvolvimento do habitat ou para a criação de um novo habitat, não resulta destas constatações mas antes de analisar as razões que justificam as correlações, para determinar o seu valor e sentido de evolução, fazer a crítica e propor medidas.

As razões resultam do próprio conteúdo e objectivos das relações sociais. Não há uma lógica de vontade colectiva, mas há uma lógica atribuível à colectividade no seu conjunto (interacção social dos agentes) lutando por interesses (necessidades, aspirações) formalmente codificados, ou não, nomeadamente através da:

i) movimentação, ou aproximação, no espaço para obtenção de um melhor lugar face ao estatuto social desejado e optimização da funcionalidade das relações sociais (Timms, 1971);

ii) aproximação dos sectores com os quais existe, ou se pretende, uma afinidade socioeconómica (por razão de valores, origem, etnia, classe);

iii) transformação da forma urbana para satisfação de necessidades e costumes (abrindo ou fechando os espaços, criando espaços para a interacção social (Coelho e Cabrita, 1986), valorizando ou não os espaços verdes, mudando a escala dos edifícios, incluindo formas com valor simbólico, etc.).

Estas relações horizontais entre sistema social e forma urbana processam-se a diferentes níveis (por ex., o grupo de moradores face ao seu logradouro; a vizinhança face à área residencial; a comunidade face ao bairro) num crescendo sem fronteiras nítidas.

d2. *A evolução das estruturas* — O sistema social tem nos seus agentes (indivíduos e grupos) o germen da mudança, do desenvolvimento que se propaga a todo o sistema social e se repercute no habitat a todos os níveis referidos. O sistema social evolui pela satisfação de aspirações e ambições, pela interacção intelectual, com relevo para a criatividade. Ambas as estruturas, a do sistema social e a do habitat, modificam-se pelo combate à degradação e à desadequação às novas necessidades, numa retroacção cíclica. Nesta dinâmica, as transformações na estrutura social são igualmente indutoras (por ex., alterações socioeconómicas positivas geram segurança, permitem investimentos que modificam a qualidade visual do habitat), embora certos ambientes físicos produzidos por elites, geralmente exteriores à comunidade, também podem ser indutoras relativamente a atitudes colectivas como o gosto dominante e, remotamente, produzir transformações no próprio sistema social.

Um importante elemento indutor de transformações em ambas as estruturas é o desenvolvimento económico intenso, designadamente se os seus resultados foram investidos, por grandes instituições, com intensidade e concentração, no equipamento social. Nestes casos as alterações impostas à estrutura física⁽¹⁵⁾ suplantam as já traumatizantes transformações na estrutura social (família mínima, novos valores, trabalho distante). Para minorar os inconvenientes

das transformações não assimiladas das estruturas sociais, importa assegurar a máxima transparência dessa estrutura e a percepção generalizada e crítica das transformações.

d3. *A «comunicação/informação»* — A difusão de adequada e diversificada informação nas comunidades residenciais é um importante elemento vivificador («sanguíneo») das transformações sociais desde que exista uma boa recepção. A dinâmica social será proporcional à existência de muitos e diferenciados emissores, emitindo adequada e renovada informação sem a impor. Para se perceber o papel da «comunicação/informação», na transformação das estruturas sociais e do habitat, deve entender-se aquela não só como a que é emitida pelas instituições (as normas, os «media») mas também a que resulta do papel dessas instituições (normativo, formativo) e das próprias características do quotidiano e do habitat (os modos de vida, a linguagem arquitectónica). É fundamental ver também a outra face da realidade, como as novas possibilidades da produção e difusão da informação afectam a sua própria forma e conteúdo gerando inflação (ou poluição) de informação pouco seleccionada e manipulada, fenómeno cujo combate se deve aliás ao da já referida transparência da estrutura social e da crítica das suas transformações.

c) *Relações sociais e vida quotidiana* — Para concluir a abordagem sociológica, mais propriamente de sociologia urbana, serão analisados fenómenos vivificadores do sistema social — as relações sociais e a vida quotidiana — ambos particularmente importantes para o entendimento da qualidade do habitat, como já se fez referência⁽¹⁶⁾ em vários pontos do pólo o Homem.

O tema da interacção social — que deve incluir aspectos como a comunicação no meio social e o consumo, por ex. — mesmo que abordado só no

(15) Pensa-se nomeadamente nos novos conjuntos habitacionais e «novas cidades» com ambiente descontínuo no espaço e na «forma/gosto», com um grau de ruptura superior ao das próprias transformações sociais reais. Só o tempo fundirá o novo habitat com o Meio, através de transformações operadas na sua estrutura física e na imagem social dela, se forem tomadas medidas nesse sentido e se houver evolução social positiva (identidade e apropriação ao local, estabelecimento de interacção e diferenciação social).

(16) Nessas referências:

1) As relações sociais (enquadradas na interacção social) foram vistas como um processo ao serviço da inserção social do Sujeito. Foi então afirmada a importância da mobilidade social e residencial, no quadro das respectivas diferenciações, para a formação da personalidade individual.

2) A vida quotidiana foi analisada como uma dimensão de cariz filosófico que situa e dirige o modo de vida, suas servidões e libertações, havendo, no entanto, que detalhar ainda os aspectos funcionais e sociológicos do modo de vida, tendo em vista as suas relações com o habitat.

quadro residencial é demasiado amplo e periférico em relação aos objectivos fundamentais deste estudo. Restringe-se a interacção social às relações sociais, abordando estas numa sequência de tópicos que inclui resumidamente o interface com o habitat⁽¹⁷⁾.

e1. *Relações sociais* — As relações sociais numa dada comunidade processam-se a todos os níveis e podem ser mais ou menos intensas, mais ou menos abertas. As *relações abertas* permitem um maior intercâmbio comunicativo, associam a inovação proveniente de grupos sociais exteriores à comunidade ou apenas diferentes no interior desta, têm parâmetros críticos mais ricos⁽¹⁸⁾. As *relações fechadas* são tão codificadas como as abertas mas têm uma aplicação mais rígida e mais estreita; podem também ser factor de mudança mas por ruptura, ou mudança negativa, i.e., por retrocesso; a pressão social é mais sentida do que nas relações abertas embora o volume de informação seja em geral menor.

O grau de abertura influi na mobilidade social mas não reduz a diferenciação social. Esta convive habitualmente com fenómenos de segregação e marginalidade social e é, em parte, fomentadora dessas situações. No entanto, as relações abertas não contribuem para tal, antes podem reduzir os problemas sociais e psicológicas (por ex., a falta de expectativas) características dessas situações.

As relações processam-se entre os elementos do sistema social (agentes e sectores) no seu interior e entre si, como já foi referido, sendo caracterizadas pela «personalidade» de cada um destes elementos ou subsistemas. O espaço caracterizadamente residencial apresenta um reduzido número de agentes (geralmente moradores e agentes, ou instituições, ligados(as) aos serviços e à comunidade) mas pode apresentar uma razoável diferenciação de estratos (crianças, jovens, adolescentes, etc.); já a das categorias e classes podem estar reduzidas pela prática institucional (pública ou privada) de ocupação do espaço⁽¹⁹⁾.

Neste aspecto o *papel dos grupos sociais é muito importante para a coesão da comunidade* e para a sua

inserção no habitat, não só unisectorial (grupos de jovens) como intersectorial (associação desportiva). As relações sociais são importantes ao nascerem espontaneamente em zonas socialmente consolidadas mas, mais ainda, quando promovidas naturalmente e, ainda que apoiadas, em zonas que ainda o não são. Para esta coesão e para a inserção do sistema social no habitat, os grupos privilegiados são: os jovens; as crianças, quer associadas ou não às mães; as mulheres que não exercem uma profissão; os idosos.

O estudo das relações sociais é fundamental para o conhecimento e consequente apoio ao desenvolvimento do sistema social e da sua consolidação nos novos habitats. Nesses estudos têm sido distinguidos os vários *tipos de relações* por uma classificação substantivante (culturais, criativas, recreativas, de vizinhança, religiosas, ideológicas) outras igualmente substantivantes mas resvalando já para uma interacção social (sociais restritas, administrativas/controlado, produtivas, de consumo) ou por uma classificação adjetivante (interajuda, cooperação, interdependência, domínio, confronto, etc.).

Estamos neste momento em posição de perceber a teia de relações sociais que se podem desenvolver no tecido urbano e, particularmente, no habitat, aos vários *níveis* para os quais se pode, ainda que discutivelmente, definir uma taxonomia: o *agregado familiar* (analisado a seguir em separado), a *vizinhança*, Chombart de Lauwe (1965), Ledrut (1968), a *área natural*, Timms (1971), a *cidade*. As relações sociais, nos dois níveis extremos, têm-se mantido intensas embora mudando de estatuto, mas os níveis intermédios têm sofrido crises de profundo apagamento ou mutação (por ex., irradicação, emigração, degradação, etc.). Nos níveis inferiores têm sido combinadas com esforços de animação social e cultural artificialmente injectados pelas instituições de índole social, cultural e religiosa do sistema social, quando não se verifica o puro abandono. A *vizinhança* compreende uma delimitação física, não pré-definida mas baseada na proximidade, e um conjunto de relações sociais que se caracterizam por um mínimo de conhecimento mútuo e de contacto social e o estabelecimento de laços mínimos de solidariedade e interdependência, identificação mútua com o habitat e uso de espaços comuns (Chombart de Lauwe, 1965; Ledrut, 1968). A *área natural* é um conceito mais ligado à ecologia urbana (nomeadamente dos ecologistas de Chicago) com um âmbito em princípio maior do que a vizinhança, na medida em que procura que a sua

(17) Este interface «ambiente social/ambiente físico» é feito no final da exposição deste pólo o Meio.

(18) A abertura pode ser somente em relação ao interior, mas geralmente coloca-se tanto em relação ao interior como ao exterior.

(19) Categorias, pela expressão marcadamente residencial e unifuncional e classes, pela distribuição socioeconómica.

unidade seja definida pela unidade ecológica do meio (Burguess, 1964), em que se incluem características físicas e económicas e pela unidade cultural e política (administrativa); pode-se também pensar em bairros característicos ou conjuntos de bairros similares e contíguos como em áreas históricas centrais ou periféricas; pode-se falar em áreas urbanas com individualidade urbanística (Pereira, 1986).

e2. *A vida quotidiana* — A vida quotidiana (colectiva) corresponde à teia de relações sociais referida no ponto anterior, circunscrita também aqui ao habitat e marcada pelo ritmo e ciclo de actividades (quotidianas) para satisfação das necessidades individuais e colectivas. Deve entender-se que a vida quotidiana se desenrola com características diferentes consoante os níveis sociogeográficos já antes referidos para as relações sociais. A vida quotidiana residencial terá características comuns às da sociedade onde se insere, mas também características específicas, fruto do sistema social local, das actividades exercidas no habitat, ou fora dele (por ex., ligadas ao emprego e a certos equipamentos colectivos), e do ambiente físico, de que resulta um modo local de produzir e usufruir o quotidiano (Lefevre, 1968). Este modo de vida quotidiano, familiar, residencial, comunitário, urbano, sofre pressões societárias das instituições, tendentes muitas vezes ao excessivo controlo ou à uniformização alienante. É aqui que surge a noção de *vida colectiva como determinante social mediadora entre a norma e a pressão social*, por um lado, e a *liberdade, personalidade e privacidade individual*, por outro (20). A vida colectiva (21) tem uma «personalidade» colectiva socialmente aceite que rege as relações sociais e o estilo de vida quotidiana. A vida colectiva, tradicional e ainda desejada, tem forte intensidade ao nível residencial e menor ao nível urbano; a vida social (22) é mais pobre ao nível residencial e rica ao nível urbano; com a extensão e o desenvolvimento urbano incontrolado assiste-se tam-

(20) Ledrut falando sobre a sociedade tradicional afirma que a «colectividade urbana foi colectividade real na medida em que controlou, com aceitação, os comportamentos individuais».

(21) Vida colectiva (residencial) é aqui entendida como resultante de relações sociais de amizade e vizinhança, como produção e fruição da vida quotidiana residencial (por ex., uso de equipamentos colectivos residenciais).

(22) Vida social é aqui entendida como resultante das relações de produção e consumo, do exercício da quotidianidade urbana (por ex., uso de equipamentos colectivos intensamente urbanos), da participação em manifestações de massa.

bém ao incremento da vida social à custa da vida colectiva (Ledrut, 1968). O funcionamento equilibrado e interactuante do trilateral «sistema social/ambiente físico/vida quotidiana» define *estilos de vida quotidiana colectiva* de que interessa analisar a formação e o conteúdo, aspectos positivos e negativos, etc., o que permite uma tipificação (23) com interesse prático. Timms (1971), fala do tipo «familiar» (mais recolhido aos interesses familiares e da vizinhança) em oposição ao tipo «urbano» mais aberto a consumir a vida urbana. A estes podem adicionar-se outros pares classificativos como «urbanos tradicionais» versus «imigrados», ou ainda «urbanos do centro antigo» versus «os das novas periferias» como pretende Chombart de Lauwe (1982).

A vida quotidiana colectiva pode ser afectada por vários factores, distinguindo-se, neste ponto, apenas os de natureza sociológica:

- a densidade populacional (os extremos são prejudiciais);
- a multifuncionalidade (quanto mais ampla melhor, dentro dos limites do razoável para o quadro residencial);
- a extensão da «área natural» da comunidade (se excessiva torna-se prejudicial);
- relativamente à estrutura demográfica, pela ausência de crianças, jovens, idosos, mulheres não exercendo uma profissão fora da área residencial;
- relativamente à interacção social no habitat, a ausência de emprego e serviços colectivos próximos;
- relativamente à consolidação e dinâmica social, a insegurança e a opressão social, a falta de grupos sociais tradicionais, a elevada mobilidade residencial, a falta de actividades não residenciais, a inexistência de animação social, cultural e desportiva locais.

f) *Sociologia da família* — A família é um agrupamento social mínimo tendo entre os seus membros laços especiais. É conceptualmente uma extensão, por alargamento, do indivíduo e também, em parte, uma extensão, por redução, dos grupos sociais mais coesos (por ex., minorias étnicas, parentesco alargado, etc.). Nesta acepção pode afirmar-se que muitas das referências já feitas, a propósito do Sujeito e dos grupos sociais, resolvem em grande parte a abor-

(23) Esta tipificação é aqui muito resumida por ser mais adequado o seu desenvolvimento a seguir, no item sobre a sociologia da família.

dagem dos problemas da sociologia da família nesta definição individual e social, da qualidade da habitação. A família ⁽²⁴⁾ é um grupo mínimo de indivíduos ligados por laços biológicos, afectivos e institucionais, constitui uma unidade económica básica (hoje mais de consumo do que de produção [Chombart de Lauwe, 1965]), no entanto é mais fácil falar da personalidade colectiva num grupo social (por ex., ligado por interesses comuns) do que na família. Nesta podem existir conflitos de personalidade ditados pela diferença de sexo, idade, formação cultural e que podem ser contidos dentro de certos limites por aqueles laços. A família, especialmente a urbana, perdeu a função produtora mas manteve a reprodutora, não só biológica mas também cultural e de socialização: educar as novas gerações no conhecimento do mundo imediato e apoiá-las nos primeiros exercícios de prática social das relações intra e extrafamiliares. Na família há um microsistema social com elementos, ou membros, e relações ditas familiares. *As características e modo de funcionamento das relações familiares* são fruto da harmonia entre:

- as características particulares de cada sistema familiar, resultantes da estrutura demográfica, da origem, da natureza individual dos seus membros (personalidade, cognição), do estatuto socioeconómico e do nível educacional e cultural (interinfluenciando-se) (Chombart de Lauwe, 1959, 1965);
- as características do Meio (físicas, sociais, culturais);
- as formas como o próprio sistema familiar reage às contradições, pressões e solicitações e modificações do Meio ⁽²⁵⁾.

A estrutura familiar e a interacção com o Meio originam uma dinâmica ao microsistema familiar, dão-lhe a dimensão tempo e as transformações no tempo, isto é, uma história à sua escala que será extremamente importante nos estudos sobre a afirmação da qualidade habitacional.

Apesar das diferenças de personalidade referidas, a comunhão de origem e de interesses dá à família

(24) A família é aqui entendida na sua acepção ampla desde a família restrita (dois adultos, ou um adulto e uma criança), até ao agregado familiar mais amplo, constituído pelo conjunto de pessoas vivendo sob o mesmo tecto e usando a mesma chave. Não abrange definições administrativas do tipo «pessoa isolada».

(25) No sistema familiar «a harmonia não é possível senão em referência a uma certa concepção dos papéis de cada um dos membros e das relações que se estabelecem entre eles na vida quotidiana» (Chombart de Lauwe, 1965).

uma certa unidade de atitude, um padrão de necessidades e, em parte, de comportamento, cuja imagem física é, em muitos aspectos o próprio alojamento, a forma da sua ocupação, o tipo e topologia dos objectivos, etc. Os estudos de sociologia familiar permitem até afirmar, com algum exagero, que uma vez conhecida a idade e a origem do chefe de família, bem como a localização do alojamento, podem definir-se com certo rigor as características do sistema familiar em causa (Timms, 1971).

As mudanças no sistema familiar, paradigma social de um povo ou de uma comunidade, não são radicais, mesmo em períodos amplos. No entanto, as características e potencialidades do meio sociotécnico e as características e vicissitudes do quotidiano actual impõem, modificações cada vez mais rápidas, primeiro na estrutura demográfica (redução da dimensão do agregado familiar, crescimento do número de pessoas vivendo sós, constituição de famílias restritas ou amplas não tradicionais, modificações das idades médias dos casais jovens e de idosos, etc.) e, depois, nos hábitos e nas relações entre as gerações ou entre marido e mulher. O alojamento passará a enquadrar e a reflectir esses novos valores como: maior abertura às relações familiares e à participação pessoal e interpessoal no quotidiano do lar: abertura para o exterior; capacidade de isolamento individual; capacidade de graduar a privacidade individual e familiar; por um lado, maior racionalidade e funcionalidade, por outro, também maior flexibilidade e capacidade de inovação e de exercício lúdico.

São em seguida analisados, em termos gerais, alguns dos *principais temas que têm caracterizado a abordagem sociológica da habitação e da família* na perspectiva do que mais interessa à definição da qualidade da habitação, respectivamente o *modo de vida*, as *relações de vizinhança*, o *ciclo de vida*, as *necessidades familiares*.

f1. *Modo de vida* ⁽²⁶⁾ — O modo de vida familiar depende das características do correspondente microsistema social, com relevo para as classes e as categorias sociais a que pertencem os seus principais membros (com destaque para o chefe de família), para as exigências da vida quotidiana, como a localização do alojamento face à dos empregos dos seus

(26) Este tema já foi abordado a propósito do Sujeito ligado à inserção individual no quotidiano, mas a principal dimensão do tema é sociológica, muito determinada pela família mas ultrapassando-a.

ocupantes e para o tipo de habitat (por ex., bairros novos ou antigos). O tipo de bairro, a existência ou não de regras de convivência, ricas e aceites, ou a mera prática de contactos sociais em grandes equipamentos colectivos, marcam extraordinariamente o modo de vida.

O interior da habitação, pelas suas organização e dimensões também afectará, positiva ou negativamente o modo de vida ou os hábitos quotidianos e a sua harmonia (pela negativa surgirão situações de promiscuidade, sobreocupação, afuncionalidade, etc.). Se há um mínimo de adequação da família ao bairro ou à casa, existe uma certa complacência para as situações negativas, se não, há rejeições que afectam o modo de vida por afectarem os comportamentos individuais e as inter-relações familiares (Chombart de Lauwe, 1965). As tensões na família, e sobre ela, por incompatibilidades desta natureza são fortes, psicologicamente traumáticas e duráveis, transmitindo-se geralmente da geração afectada à seguinte (Kaés, 1963). Acresce que estas situações são potenciadas pelas imagens de referência própria e também pelas imagens e padrões suscitados pelo sistema.

O modo de vida familiar, designadamente em áreas novas, é afectado por um conjunto de factores psicossociais tais como a imposição de novos valores urbanos ⁽²⁷⁾, aspiração a distinto estatuto social de referência, carência de uma estrutura social consolidada que propicie acolhimento e integração, insuficiente integração e «controlo» das camadas jovens pela comunidade, desenraizamento dos idosos no seu longo tempo livre, reduzidas relações sociais na área residencial para os que trabalham fora dela, modificação esta mais sentida na mulher. Além disso, o modo de vida da família não está só condicionado pelas circunstâncias mas também pelas condições anteriores, daí a importância explicativa da história familiar (origem rural ou urbana, de que tipo, elementos parentais, quais as residências anteriores, traumas psicossociais ocorridos, como a imigração, o desemprego, a segregação).

O modo de vida familiar nos bairros antigos não padece de problemas de afirmação nem de interacção social ⁽²⁸⁾, mas antes de degradação e adulteração.

(27) Abordam-se aqui apenas os problemas sociológicos e psicossociológicos que aliás já foram antes referidos, designadamente no pólo o Homem (consumo, imagem, funcionalidade, individualidade, etc.).

(28) Permitida pelo pequeno comércio, pelas relações populares e festivas, pelas associações locais.

Nestes bairros desde que não haja uma acção concentrada de reabilitação e desenvolvimento que substitua o artesanato e as pequenas indústrias em crise, os problemas não são menores do que nas zonas novas, só que se prendem mais com o desequilíbrio demográfico (falta de expectativas), os insuficientes equipamento e sanidade, as longas deslocações diárias para os novos empregos, o impacte negativo que tem a imagem desse habitat nos mapas mentais sobre a promoção social-locacional (Chombart de Lauwe, 1965).

A combinação das características pessoais, familiares e do Meio, associadas às características do modo de vida, pode ser objecto de uma *classificação familiar* com eventuais vantagens operacionais:

- *Tipo «familiar»* — família alargada, predilecção pelos edifícios unifamiliares, por áreas essencialmente residenciais, pelo recolhimento em casa, pelas actividades comunitárias de índole residencial e familiar, participação conjunta da família, que outros autores designam de tradicional quanto às atitudes ⁽²⁹⁾ (Pereira, 1974).

- *Tipo «urbano»* — família reduzida, ou só conjugal, predilecção por apartamento em centros urbanos ou áreas urbanas multifuncionais, atracção por actividades sociais e culturais urbanas, participação mais individual e anónima (que outros autores designam de moderna quanto às atitudes) ⁽³⁰⁾.

Estes tipos (Timms, 1971), podem ter, ou não, outras características adicionais comuns como seja, por exemplo, o perfil rural ou a propensão consumista ⁽³⁰⁾, embora diferentes na forma, e *podem combinar-se diferentemente com outros tipos* como:

- *Tipo «centro antigo consolidado»* — similar ou «urbano» mas com forte peso da interacção social e da vizinhança ⁽³¹⁾, ambas caracterizadas por algum gosto tradicional e popular, mas matizado por uma mistura social interclassista.

- *Tipo «centro antigo degradado»* — similar, vagamente, ao «urbano» mas marcado pela ausência de crianças e casais jovens e actividades, vida quotidiana popular mas em apagamento, recolhimento

(29) No entanto o conteúdo não é bem igual, a classificação «tradicional/moderno» é mais cultural.

(30) O consumismo é um fenómeno que passa cada vez mais ao lado desta divisão.

(31) Ver o que acima se diz sobre o modo de vida familiar em bairros antigos.

no alojamento acentuado pela marginalidade, degradação do ambiente e falta de serviços.

• *Tipo «periferia de novas expansões»* — modo de vida similar ao familiar se abundarem os edifícios unifamiliares, no entanto, a falta de um tecido social consolidado e de equipamento pode retardar a sua afirmação; o modo de vida, será marcado pelo tipo de equipamentos colectivos, pela estrutura social, pelo ambiente físico final; no período inicial haverá recolhimento.

• *Tipo «periferia espontânea ou degradada»* — também com mistura dos tipos urbano e familiar, recolhe também algumas características populares dos centros antigos ou rurais das periferias em geral; constitui portanto uma amálgama de outros tipos, para o que contribui a presença de locais de trabalho, um certo abandono institucional que origina falta de equipamento e oscilações no espaço e no tempo de ciclos de desenvolvimento e estagnação.

Interessa à investigação a análise dos modos de vida e respectiva classificação e que tal seja feito pela identificação de variáveis críticas, ou explicativas, capazes de prever comportamentos gerais (por ex., um dos índices de ocupação do espaço) ou de uma constelação de variáveis (por ex., associando, à ocupação do espaço, a idade e a ocupação do chefe de família). Interessa também acompanhar activamente as alterações ao modo de vida e ao modo de usar a casa, detalhando as motivações, a evolução e a prospectiva (Brevan et al., 1982; Pereira, 1986). Referem-se muito resumidamente algumas das *principais alterações ao modo de vida* (embora algumas já tenham sido referidas por outras razões⁽³²⁾):

a) Alterações mais urbanas:

- Contradição entre aumento de tempos livres e maior perda de tempo em transportes;
- Maior acessibilidade geral, mas mais traumatizante;
- Aumento e diversidade de utilização de bens de serviço e de bens de consumo, muitos deles tradicionalmente de «produção» doméstica;
- Mulher trabalhando fora do bairro;

(32) Nem todas as alterações têm a mesma intensidade nem todas ocorreram na mesma altura (pode considerar-se que, para a situação portuguesa, as mais remotas começaram a ocorrer «grosso modo» a partir da II Grande Guerra). São mais predominantes e mais antigas nas zonas urbanas.

• Banalização dos «media» e acentuação do papel da imagem;

• Divertimentos de massa, com participação individual ou de grupo não familiar;

• Aumento e diversificação da procura sobre bens de conforto material e produtos «prontos a consumir»;

• Mudar de trabalho mais frequentemente e às vezes mesmo de profissão;

• Maior amplitude do leque de atitudes relativamente à participação na transformação do ambiente local desde a grande intervenção à passividade total.

b) Alterações mais internas à família:

• Contradição entre casar mais cedo e começar a trabalhar mais tarde;

• Redução da dimensão do agregado familiar;

• Maior independência dos adolescentes;

• Maior repartição das tarefas domésticas;

• Realização de mais trabalhos em casa, de tipo estudantil ou profissional.

f2. *Relações de vizinhança* — O tema das relações de vizinhança foi abordado algumas vezes a propósito da inserção social do Homem e da análise do Meio pela sociologia urbana. Resta acrescentar apenas alguns aspectos mais relacionados com a sociologia da habitação e da família com a qual, naturalmente, se prende. As relações de vizinhança são relações sociais entre pessoas e famílias que habitam numa certa proximidade física. Quanto ao tipo de relação é aceite uma grande latitude que vai desde o simples reconhecimento de alguém como morador na proximidade até às relações de amizade e convivência intensa⁽³³⁾, passando por graduações intermédias como saudação, diálogo, entreajuda/cooperação, sendo esta última a relação de vizinhança mais pura, segundo os sociólogos, mas cada vez mais raras nas áreas urbanas menos tradicionais e populares. A própria relação proxémica é muito ampla, vai desde o patamar, ou desde o muro meeiro, até ao pequeno bairro consolidado ou que tenha características tradicionais ou populares, passando por níveis intermédios como o logradouro comum, a rua, o conjunto residencial. No entanto, a profundidade das relações de vizinhança, mais que a sua frequência, não estão

(33) A este nível já as relações de vizinhança se cruzam com outros tipos de relações sociais menos circunscritos à zona residencial (amizades ligadas ao emprego, a interesses específicos, etc.).

dependentes principalmente da relação proxémica mas de um conjunto de factores sociais e ambientais favoráveis, sendo muito importante a similitude socioeconómica e de interesses entre as famílias (Timms, 1971). São também importantes outros *aspectos e factores para a profundidade das relações de vizinhança*, de que se destaca:

- a substituição parcial que as relações sociais permitem quanto às relações de parentesco e da família alargada coabitando;
- o meio social, ou tradicional, ou pelo menos consolidado, ser diferenciado e ter características populares na medida em que as classes socioeconómicas mais qualificadas e as categorias socioprofissionais mais qualificadas substituem as relações de vizinhança generalizadas por relações sociais selectivas dentro e fora da área da vizinhança ou da comunidade;
- a existência de oportunidades de contacto pela presença de crianças e de jovens que estimulam as relações entre os pais, ou a presença, durante o dia, de mulheres e de idosos, para além da importância de uma parte dos moradores adultos trabalhar no bairro;
- a existência de equipamentos colectivos disseminados, de espaços exteriores concebidos para facilitar a interacção social⁽³⁴⁾, dinamização local e participação dos moradores em actividades culturais, recreativas, desportivas, etc. (Coelho e Cabrita, 1986; Pereira, 1986);
- condições de privacidade assegurada quer no que se refere à visão quer à audição (Chombart de Lauwe, 1965; Kaés, 1963);
- o tipo de edifício, entendendo-se que as relações são mais fáceis em edifícios pequenos, incluindo, embora de forma discutível, os unifamiliares.

f3. *Ciclo de vida e mobilidade residencial* — A família evolui no tempo segundo alguns vectores principais: demograficamente (número de elementos, idade); economicamente (primeiro com o aumento de disponibilidades globais e depois «per capita»); psicologicamente (mudança de atitudes em função da evolução do Meio, dos seus recursos, necessidades e ambições, da cognição adquirida sobre o quotidiano, etc.). Mesmo em situações adversas, se há acompa-

(34) «Espaciosidade» e «Estratégia de contacto social» foram objectivos urbanísticos definidos em trabalhos sobre exigências de qualidade dos espaços exteriores de Novas Áreas Residenciais, tendo em vista facilitar as relações de vizinhança (Coelho e Cabrita, 1986).

nhamento entre a evolução da família e do habitat (urbanização em consolidação e desenvolvimento contínuo, material e social), ou do alojamento (habitação evolutiva em sentido amplo, i.e., incluindo completamente e equipamento), a família não encontra motivos de insatisfação e enraíza⁽³⁵⁾. No conjunto de factores relativos à insatisfação e promotores da mobilidade residencial há dois mais determinantes: um, para a mudança, que é a sobreocupação; outro, para a permanência, que é a incapacidade económica, ambos influndo ao nível do consciente ou do inconsciente (Timms, 1971). No entanto, a posição familiar face à mudança, porque se trata geralmente de uma posição familiar, acentua-se em determinados períodos de transição do ciclo familiar (por ex., significativo aumento ou diminuição do número de membros do agregado, maturidade profissional do chefe de família), fenómeno que tem conduzido a estudar, no contínuo do ciclo de vida familiar, hipóteses de classificação tipológica familiar (Lemel et al., 1986). Por vezes há o desejo de mobilidade residencial por factores que extrapolam as atitudes habituais face ao alojamento e radicam-se na necessidade de posse de um bem imobiliário tão importante como é a casa⁽³⁶⁾, ou a obtenção de um modelo carregado de significados simbólicos, a moradia⁽³⁷⁾. Acrescem a estas razões outras relativas ao habitat onde a reacção de recusa tanto pode surgir face a uma casa antiga, ou um bairro em decadência — por entender a degradação da casa como irreversível e a sua reabilitação impossível; por julgar o estatuto social médio da comunidade inferior ao possuído, ou pretendido, pela família —, como pode surgir em áreas novas — novos bairros de blocos e paisagem inóspita e sem vida urbana, desde que tal ambiente contrarie expectativas da família ou acentue insatisfações criadas, nomeadamente por desadequações quanto ao estatuto social e a problemas nas relações sociais. Estas afirmações sobre as relações entre o ciclo de vida e a mobilidade residencial são extensivas às situações patológicas de sobreocupação,

(35) As dificuldades jurídicas e económicas de mudar de residência, entre nós, limitam a efectivação da mobilidade residencial embora sobrejem razões para o fazer.

(36) Inquéritos têm demonstrado que as pessoas procuram comprar casas tão caras quanto as suas possibilidades económicas o permitem, mesmo em detrimento de outros bens (culturais, por exemplo).

(37) Inquérito recente em França mostrou que uma elevada percentagem de pessoas satisfeitas com o alojamento querem, mesmo assim, mudar (Brevan, 1982).

ausência de verdadeira habitação e rigidez excessiva do mercado, só que nesses casos a escassez no quantitativo altera o qualitativo e a mobilidade é apenas uma necessidade básica independente do ciclo de vida. As mudanças residenciais das famílias das classes baixas e médias, especialmente durante a ampliação da família, traduzem-se geralmente numa progressiva deslocação para a periferia — especialmente se associada à procura do modelo moradia — fruto da hipervalorização do m² de solo, ou de pavimento, nas áreas mais centrais. A mudança das famílias das classes altas é feita também para a periferia, mas para a exterior, a que tem melhores condições ambientais, especialmente se tiver bom acesso automóvel e também se a família procurar o modelo moradia, ou para as áreas centrais reabilitadas se abdicar deste modelo (Doling, 1976). A mudança das famílias idosas, para o centro ou não, quando se reduz o número dos seus membros é muito rara, tendo-se verificado que as pessoas não mudam para poupar espaço nem para poupar pouco dinheiro, mas apenas por obrigação exterior, contra sua vontade, ou por razões igualmente fortes (dificuldades financeiras, morar ao pé dos filhos, etc.); no entanto há uma nítida redução da mobilidade residencial a partir da maturidade de desenvolvimento do agregado familiar, mesmo em sociedades onde ela é fácil.

14. *Necessidades familiares* — O campo temático das necessidades familiares «entalado» entre as necessidades individuais ⁽³⁸⁾ e as necessidades sociais, ou colectivas, é bem estreito. Indicam-se seguidamente, de uma forma muito resumida, aquelas que são habitualmente referidas pela sociologia urbana, ou a da habitação, para reduzir ao mínimo os aspectos em que se possam aqui fazer repetições. Pertencem às necessidades familiares:

- Factores já referidos neste ponto tais como: a interacção social com outras famílias; a mobilidade; a libertação de restrições materiais; a consideração social e o reconhecimento correcto do seu estatuto; a satisfação de aspirações de formação social não dependentes da mobilidade (Chombart de Lauwe, 1965);

(38) Já referidas no pólo o Homem, entendidas não apenas como necessidades individuais de pessoas isoladas mas incluindo pelo menos a extensão imediata e natural até à família, por exemplo a comunhão entre intensidade individual e intensidade familiar.

- Outros factores como: a boa dimensão e organização do espaço do alojamento, de modo a satisfazer as necessidades individuais e o funcionamento da vida quotidiana do conjunto do agregado familiar (Pereira et al., 1974); a localização, organização e forma do habitat, permitindo a acessibilidade, a segurança e a identidade com o ambiente físico (Timms, 1971); o apoio próximo de equipamentos colectivos suficientemente apetrechados (equilíbrio entre concentração e desconcentração) (Kaés, 1963).

As necessidades funcionais acima referidas foram objecto de inquéritos extensos (em questões e nas amostras) e outras investigações sobre a realidade ⁽³⁹⁾ familiar, permitindo estudar com rigor estes aspectos na sua especificidade e na sua ligação com o espaço e procurar respostas para aspectos como as seguintes (Pereira, 1970, 1974):

- Como definir uma taxonomia de «unidades» da vida quotidiana, ou funções (por sua vez composta de actividades ou conjuntos de gestos), e qual a relação entre essa representação e os seus conteúdos ergonómicos, sanitários, psicológicos, culturais;

- Como pode o espaço ser limitador do exercício dessas funções (Chombart de Lauwe, 1959), ou permitir algumas, ou até permitir várias, isoladas ou em associação (Pereira, 1974);

- Como essas funções associam certos equipamentos e espaços funcionais e de circulações;

- Como essas funções se associam no espaço e no tempo, consoante o tipo de espaço ou padrão cultural mais do que consoante o estatuto socioeconómico.

2.2. A realidade física, o habitat

Uma vez tratada a realidade social e cultural, aborda-se agora a realidade física (espacial, formal) ⁽⁴⁰⁾

(39) Esta informação encontra-se dispersa em vários estudos sobre a realidade (inquéritos, entrevistas, observações) que serão descritas mais adiante, tanto no item sobre a apresentação sistemática das necessidades, como no item sobre os métodos de análise. Também se encontra já com uma primeira codificação sobre a forma de necessidades humanas ou de exigências, mas tal será objecto de exposição na segunda parte deste documento.

(40) No entanto a realidade espacial e formal têm uma dimensão cultural, comunica uma mensagem estética (ou poética), dá aptidão a comportamentos regidos por atitudes colectivas. O espaço tem ainda a dimensão temporal.

e do ambiente físico ⁽⁴¹⁾ que é a outra face do Meio. Corresponde portanto a uma parte fundamental da constituição do Meio e que esteve sempre presente na descrição da realidade social e cultural, até por referências concretas. Não pertence ao âmago desta primeira parte do trabalho — que é a definição da procura social e individual da qualidade na habitação — traçar descrições pormenorizadas e classificativas do ambiente físico residencial; no entanto, para a conclusão do pólo o Meio em que se pretende traçar uma abordagem ecológica, há que ter referências do ambiente construído para as combinar, para esse fim, com as características sociais e culturais ⁽⁴²⁾.

Restringem-se as referências à realidade física a uma classificação genérica do habitat e à indicação das suas principais características entendida(s) aquelas e estas apenas como sendo apenas as suficientes para um bom entendimento da abordagem ecológica que depois se segue.

a) *As morfologias do habitat* (do conjunto residencial ou bairro):

a1. *Morfologias tradicionais* — A cidade antiga, medieval/renascentista e as suas extensões, barroca, neoclássica, é constituída por edificações em continuidade constituindo quarteirões, ruas, praças, onde se destacam equipamentos civis e religiosos pontuais; a morfologia é polvilhada de pequenos comércios sendo raros os equipamentos sociais; a linguagem é diversificada (unidade de estilo por épocas) mas a escala é pequena, mesmo em situações de grande densidade construtiva, aliás frequentes; verificam-se importan-

(41) Caracterizado essencialmente pelos elementos e agentes propiciadores de estímulos sensoriais, em ambientes exteriores e interiores, envolvendo não só as formas tácteis mas todos os factores de habitabilidade e conforto (som, luz, calor, humidade, ar puro, etc.).

(42) O ambiente físico natural (o solo, a paisagem e o clima) são apenas referidos pontualmente neste trabalho. Não porque a sua contribuição para a qualidade da habitação seja mais reduzida que a da construção, mas porque a abordagem dos espaços exteriores, no texto, é apenas genérica e não especializada, dada a maior concentração do estudo no edifício de habitação e espaços imediatamente envolventes, na economia geral da exposição. Os componentes naturais do ambiente físico, agradáveis ou desagradáveis (desde que não poluidores), não alienam o Homem e serão considerados como factores de qualidade na codificação exigencial da qualidade a analisar na segunda parte deste trabalho. Não se esquece a afectação dos ambientes naturais pela agressão dos produtos da civilização industrial nem a eventual falta de qualidade dos ambientes naturais trabalhados pelo Homem para uso regular (jardins, parques) por excesso de vento, humidade, insolação, designadamente nos locais de maior permanência.

tes insuficiências higiénicas, ambientais (ventilação, iluminação natural, insolação) e de equipamento (por ex., no saneamento) ⁽⁴³⁾. As morfologias tradicionais hoje novamente em voga apresentaram, na sua fase final (final do séc. XIX princípio do séc. XX), situações patológicas e ambientalmente inconvenientes, pela excessiva densidade construtiva, insuficiências higiénicas, monotonia e pobreza de equipamentos colectivos especialmente nas expansões em larga escala para albergar, em condições por vezes sub-humanas, as classes trabalhadoras (Mumford, 1961).

a2. *Morfologias do movimento moderno* — O urbanismo moderno apresenta as edificações em descontinuidade (blocos) dispostos segundo regras de optimização ambiental e associadas a uma racionalidade viária rigidamente hierarquizada, o que conduziu, em inúmeras situações, a desajuste entre as vias e a racionalidade funcionalista que ditava a implantação dos edifícios, isolados em amplos espaços públicos pretensamente «verdes»; a densidade construtiva é baixa ou média quando os edifícios são altos; existe diversidade estilística e de materiais, mas verifica-se frequentemente grande unidade ou mesmo monotonia dentro do mesmo empreendimento ou área urbana; a escala é muito ampla desde muito reduzida até muito elevada; verifica-se uma grande preocupação higiénica, uma optimização funcional e uma mitificação dos equipamentos mecânicos; existe uma hierarquização fixa e especializada de equipamentos colectivos correspondendo a um zonamento pré-definido (Benevolo, 1963). As morfologias correntes do movimento moderno apresentaram desvios negativos, no segundo pós-guerra, motivados por exageros de funcionalismo estreito e racionalidade exclusiva, grande escala, monotonia, excessiva concentração de equipamentos colectivos, imposição de espaços viários desmesurados, indefinição e descuido nos espaços exteriores, em suma, morfologias não controladas, rígidas, abstractas, por vezes inadequadas às paisagens naturais e construídas existentes.

a3. *Morfologias pós ou neomodernas* ⁽⁴⁴⁾ — São novas morfologias que procuram evitar os desvios

(43) As vilas e aldeias tiveram também estas características só que, a nível físico, com uma escala menor e uma linguagem mais unitária, fruto da menor diversificação social, cultural e económica.

(44) Embora os três tipos morfológicos tenham nesta sequência de apresentação uma referência cronológica, convém dar mais importância ao conteúdo tipológico porque, em rigor, os modelos não se sucedem de uma forma radical, há interpenetrações ou antecipações como é o caso do Plano Cerdá para Barcelona.

citados no final de cada um dos dois grandes tipos morfológicos descritos, bem como pretendem limitar alguns dos inconvenientes existentes nos modelos mais ortodoxos dessas morfologias (por ex., a falta de higiene e de equipamentos no que se refere ao modelo tradicional); pretendem limitar também, a excessiva racionalidade e a estreita funcionalidade e a abstracção formal do movimento moderno, bem como limitar a excessiva escala dos empreendimentos e dos espaços exteriores, a diluição destes e a grande dimensão dos edifícios.

b) *A unidade de edificação* — Como se viu o tipo de morfologia é, em grande parte, marcado pela escala, sequência a disposição topológica de *unidades de edificação* cujas características são igualmente importantes para definir:

a) as relações do Homem com o ambiente físico exterior apenas próximo da habitação, ou geral, uma vez que todo ele está, em princípio, próximo da habitação;

b) as relações de escala entre o Homem e as formas urbanas, designadamente as relações próximas ao nível do contacto físico;

c) as relações do Homem com o ambiente físico interior, os espaços comuns, quando os haja, e os espaços dos alojamentos.

Nos *edifícios unifamiliares* de habitação há uma correspondência entre o edifício e o alojamento que é feita através do modelo moradia. As moradias, destacadas umas das outras (pavilhões), constituem um modelo funcional e simbólico bem distinto das moradias em banda que, sob alguns aspectos morfológicos, funcionam como edifícios multifamiliares de baixa altura (Cabrita, 1986).

Nos edifícios multifamiliares⁽⁴⁵⁾ de habitação distinguem-se três grandes categorias físicas:

• *Escala urbana média* — modelo frequente entre os mais altos nas morfologias tradicionais e também corrente nas do movimento moderno; recorrendo a tipos de edifícios de reduzida extensão (tipologia parcial distributiva «esquerdo/direito») ou extremos, mas estes quase só no movimento moderno (tipologia parcial distributiva por galerias ou corredores); tipos de média altura, 4 a 8/9 pisos.

(45) Unidade autónoma, pelo menos no acesso a partir do espaço público através de uma entrada ou de um muito pequeno número de entradas próximas e conjugadas.

• *Pequena escala* — modelo frequente nas morfologias tradicional e moderna em zonas rurais, pequenos aglomerados e periferias urbanas; tipos com reduzida extensão; tipologia parcial distributiva «esquerdo/direito»; tipos de pequena altura, 2/3 pisos.

• *Grande escala* — modelo da arquitectura e da morfologia moderna em áreas centrais e grandes expansões programadas; tipos de grande altura (torres ou tipologias parciais distributivas «esquerdo/direito») ou de grande extensão (bandas altas com corredores e galerias) dimensões estas por vezes associadas; tipos de altura superior a 8/9 pisos⁽⁴⁶⁾.

Estas três categorias físicas de edifícios multifamiliares possuem diferentes sistemas distributivos e também em três escalas diferentes, o que origina distintas dimensões e níveis de equipamentos nos espaços comuns e diferentes oportunidades de encontro. Estes aspectos raramente influenciam a *organização interna dos alojamentos* que a seguir se descrevem por algumas características definidoras de tipologias parciais (Cabrita, 1986). Os alojamentos poderão ter:

• um ou mais compartimentos desde o T0 com 1 ou 2 compartimentos habitáveis até o T6 com 8 ou 9 compartimentos habitáveis, desde pequenos a grandes em função da sua relação com a dimensão média de cada tipo;

• grande fluidez e interabertura dos espaços de contacto social (apenas no movimento moderno) ou, no outro extremo, grande compartimentação e encerramento;

• grande abertura para o espaço exterior público, ou só para o exterior privado, ou ainda, grande encerramento para o exterior⁽⁴⁷⁾;

• características organizativas e de dimensão relativa de espaços gerando uma enormíssima variedade de tipologias (exemplo de organização: dúplex, cozinha afastada da entrada, etc.; exemplo de dimensão

(46) Quando não se tratarem de meros desvios especulativos e alienantes, este tipo de realizações foi justificado pela economia de escala em proveito de equipamentos colectivos, indo ao encontro de novas necessidades familiares correspondentes à aquisição de serviços domésticos e de estabelecer relações de vizinhança nesses equipamentos, designadamente nos mais lúdicos (Pereira, 1970, 1986).

(47) A abertura para o exterior privado e o grande encerramento são mais frequentes no movimento moderno, este para reagir a ambientes exteriores agressivos que, na arquitectura tradicional, não surgiam a não ser por razões defensivas, ou em culturas distintas da nossa (árabe, por ex.).

relativa: cozinha grande, quarto de casal nitidamente maior que os outros, etc.);

- existência de elementos que embora de natureza funcional assumiram conteúdo simbólico (por ex., lareira, telhado) ou de elementos correntes mas com ênfase simbólica (por ex., escada para o piso de quartos, entrada coberta, etc.).

c) *As novas situações no habitat* — Após os anos 60 as principais preocupações com o habitat começaram também a repartir-se com a necessidade de reabilitação das morfologias tradicionais e de edifícios antigos, dada a sua degradação física, desadequação funcional e insuficiência ambiental. Procura-se, desde então, manter ao máximo as soluções morfológicas e tipológicas mas libertando alguns espaços exteriores para melhor arejamento e insolação, exercício de actividades no exterior e implantação de algumas infraestruturas e equipamentos modernos. Mais difícil é retomar a vida tradicional possibilitada pela disseminação de pequenos equipamentos de serviços e de espaços para actividades, por contrariarem a lógica e possibilidades dos anos 70, mas que já vai sendo possível nos anos 80, por razões complexas que não é possível aqui desenvolver.

A nova construção perdeu algum ritmo na maioria dos países e encaminha-se hoje mais para a melhoria da qualidade do que para a satisfação de necessidades básicas. *Manifesta-se essencialmente:*

- por pequenos e médios empreendimentos afastados dos centros urbanos (correspondem a certos desejos de ruralidade e à falta de terrenos urbanizados mais centrais);
- pela urbanização difusa do território metropolitano e de regiões desenvolvidas;
- pelo completamento de malhas existentes (espaços vazios e demolições) assegurando-lhes continuidade, coerência, equipamentos, etc.;
- pelo afastamento dos centros de actividade e seus equipamentos e também dos locais de emprego terciário, embora neste aspecto a realidade seja muitas vezes controversa face a estas afirmações.

2.3. A realidade ecológica social

Nas descrições sobre os factores influenciando a formação da individualidade do Homem e sobre a formação dos grupos sociais e comunidades no habi-

tat, o quadro físico e as suas características foram sendo apontadas quando necessário e mostrando sempre o seu papel complementar e às vezes motivador da existência de certas características psicológicas, sociais e culturais. Este ponto sobre a realidade ecológica social destina-se unicamente a apresentar essas ligações entre os sujeitos individuais e colectivos e o Meio, como relevo para o ambiente físico. Destaca-se no entanto, do corpo principal, a apresentação de dois temas importantes: (i) as implicações do ambiente físico na interacção social; (ii) a segregação espacial e residencial. Trata-se de duas consequências reais e significativas da relação dos sujeitos colectivos com o ambiente físico e, mais propriamente, com o espaço.

A relação entre o «Homem/comunidade» e o ambiente físico — nomeadamente o edificado, isto é o alojamento, o edifício, o bairro — produz estímulos resultantes das suas dimensões, proporções e formas significantes, com conteúdo estético e semântico ao nível discursivo⁽⁴⁸⁾ e ao nível simbólico. Da apreensão individual e colectiva desses estímulos⁽⁴⁹⁾ resulta um capital de conhecimentos e de enriquecimento da personalidade individual ou colectiva e da capacidade de vivência e convivência no espaço residencial.

No entanto, esse ambiente construído, fonte de estímulos assim captados foi, por sua vez, criado para dar resposta a atitudes, necessidades e padrões de comportamento social, através de espaços de representação individual ou colectiva; mas também a sua própria criação foi determinada por arquétipos e modelos formais e espaciais resultantes de outras relações anteriores e sedimentadas. Este é o fenómeno de base, não determinístico, onde assentam os diversos temas que implicam a relação do binómio «Homem/comunidade» com o ambiente físico reunidos nos seguintes três itens:

a) *Aspectos gerais* — Nas relações anteriormente descritas os círculos «Homem-modelo-ambiente físico-Homem» não se repetem, há modificações e,

(48) Elementos parciais da natureza espacial e formal, componentes de um léxico regido por uma sintaxe socialmente entendida e aceite (Lecuyer, 1976). Dão conteúdo ao discurso três factores que se juntam sempre às relações com o ambiente físico: as actividades, a intervenção ou motivação (lúdica ou funcional) e o valor (os critérios socioculturais).

(49) A colectiva é uma multiplicação da individual com variações pessoais de leitura e com novas interpretações resultantes da própria multiplicação (o quantitativo altera o qualitativo) que só enriquecem as relações com o ambiente físico.

portanto, não há um determinismo ambiental, ou social, a sobrepor-se à transformação e à inovação. O que existe é uma adaptação mútua das estruturas social e espacial ao nível das estruturas sociais oficial e real, nem sempre coincidentes (Lècuyer, 1976). Há factores de inovação e de crítica que alteram os dados e os modelos praticados (Rapoport, 1973) e que são fruto da intervenção individual (dono da obra, projectista) ou expressão da personalidade colectiva.

O espaço é usado segundo as suas capacidades funcionais, desempenho que pode ser facilitado pelas características culturais e simbólicas desse espaço; mas também esse exercício pode ser complicado por estas mesmas características, tal deve-se então à subordinação do uso a uma outra lógica e a uma satisfação superior à meramente funcional (por ex., uso da sala apenas para certas funções representativas) (Rapoport, 1973). Aquelas características culturais e simbólicas materializam os padrões culturais, tanto no espaço urbano como no alojamento, através dos seguintes modos:

- no tipo de tratamento dado os espaços em geral por opções ou graduações em escalas (por ex., «complexidade / simplicidade», «abertura / encerramento»);
- quanto à tipologia de espaço adoptada (por ex., praça com determinada forma, escala, espaços anexos, etc.);
- quanto ao valor plástico, decorativo e narrativo, do pormenor e da cor.

Na prática quotidiana esta *relação entre espaço, função e símbolo tem dois modelos processuais antagónicos*: um, em que a realidade e os seus agentes ditam as actividades, os gostos e os critérios ambientais são «então uma consequência, trata-se aí de um *modelo cognitivo-motivacional*»; outro, oposto, em que o ambiente é definido como um *projecto cultural* que vai influir significativamente nos comportamentos, estes delimitam as actividades possíveis e, conseqüentemente, estas determinam quais os agentes existentes (Appleyard, 1973). Em ambos figuram projectistas e promotores mas não há dúvida que estes estão mais à vontade no primeiro modelo, o «cognitivo-motivacional», e aqueles no segundo. Aquele, primeiro, é mais funcionalista ou tecnocrata, mas também pode ser apodado de cultural quando é movido pela via participativa e envolvendo sectores populares; este segundo é mais estético e cultural pela via erudita; ambos têm

um vector inovador e um vector conservador. Na realidade verifica-se a existência de várias situações intermédias não referidas.

Em todos estes processos é fundamental que participem as capacidades psíquicas dos indivíduos, exista elevada circulação de informação, os «media» sejam eficazes e não alienantes e seja assegurada a clareza e operacionalidade da comunicação pela comunhão das linguagens espaciais e formais.

A extensão que podem atingir as áreas que são objecto dos processos de interacção «Homem/Meio», tais como grandes bairros e cidades, limita ainda mais a capacidade participativa do homem comum a pequenos grupos, na criação do ambiente físico e, na capacidade cognitiva, na avaliação e na promoção do desenvolvimento urbano e do habitat (Chombart de Lauwe, 1965). No entanto, tal pode trazer aspectos positivos por incluir conteúdos mais ricos e diversificados, pelo confronto de subculturas e até de culturas, por associar outros tipos de espaços (alamedas, avenidas, parques) e símbolos (por ex., catedral, câmara municipal, etc.). O mesmo pode verificar-se em outros espaços, mesmo de pequena escala (por ex., os do alojamento), onde características como a complexidade espacial e formal, ou a heterogeneidade estilística e simbólica, mesmo respeitando origens vernaculares, são enriquecedoras ao nível da concepção, embora possam tornar-se limitadoras ao nível da produção e comunicação.

Como fruto das relações «Homem/comunidade» com o ambiente físico, processa-se uma identidade individual e colectiva com o lugar, pela assimilação não só dos conteúdos sociais e culturais, mas também das linguagens espacial e formal (Alexander, 1969), então os indivíduos e grupos sociais constroem ou encontram espaços e construções que reconhecem como seus (por ex., a praça, o café sob a arcada) ou que fazem parte de si (por ex., a casa paterna, a igreja, o jazigo de família) (Noschis, 1982; Paul-Levy et al., 1983).

Esta complexidade deve apoiar-se numa metodologia que não elimine a riqueza que a própria complexidade pressupõe e que permite uma certa operacionalidade dos conhecimentos tão diversificados e interligados. Há que saber dividir o «problema» em «subproblemas» bem definidos, embora não sectorializados ou estanques (por ex., mantendo sempre relações entre o humano e o espacial), estabelecer taxonomias (por ex., léxicos de tipologias parciais, de modelos, de formas simbólicas) e escolher variáveis

significativas e interligadas nos domínios do humano e do espacial⁽⁵⁰⁾.

Finalmente, apresenta-se uma referência sintética de Rapoport (1970) sobre estes temas e que refere o tipo de estudos que se têm feito sobre eles: «A interacção de pessoas, ou grupos, com o ambiente físico é um processo em duas vias:

(i) «O homem modela o seu ambiente em resposta a muitas forças e determinantes, onde se têm estudado temas como: importância da motivação, o papel principal dos critérios simbólicos e socioculturais, variabilidade cultural da qualidade ambiental; a escolha elementar em cada decisão ambiental; etc.».

(ii) «O ambiente uma vez desenhado tem um efeito sobre o homem, onde se têm estudado temas como: de que modo é apercebido o ambiente; que aspectos são sentidos como mais importantes e por quem; de que modo o ambiente afecta o comportamento; de que modo estes efeitos podem ser previstos; de que modo determinados objectivos podem ser atingidos através da organização das formas espaciais e do projecto; etc.».

b) *A interacção social e o ambiente físico* — *A interacção social é um comportamento social (ou um fenómeno) cujo processo depende das características físicas do Meio em que se processa essa interacção. É, neste sentido, um fenómeno ecológico (ecologia social) com uma interacção similar à da «matéria viva».*

A interacção social mais ligada ao habitar:

• *processa-se entre pessoas*, formando ou não grupos sociais, também entre estas(es) e outros grupos sociais, sendo normal que todos estes grupos tenham diferente natureza e dimensão;

• *processa-se em cenários físicos* que constituem o léxico urbano tradicional de tipologias e morfologias, desde as mais elementares, como o alojamento, o edifício, a banda, onde esta delimitação física mais corresponde a um significativo para a interacção social, até às unidades maiores (o quarteirão, o conjunto ou célula residencial, o bairro) cuja delimitação, embora ainda objectiva é, segundo uns autores (Lecuyer,

(50) No domínio do humano haveria que determinar, por exemplo, a importância de variáveis como a origem social ou a ocupação profissional; no domínio do espaço haveria que determinar a importância, por exemplo, de variáveis como o grau de repetição dos edifícios («monotonia/unidade»), a escala dos espaços exteriores, a intensidade do decor, etc..

1976), menos interessante para o fim em causa por entrepor entre os agentes, maiores distâncias, mas, segundo outros, o bairro ou a grande área de vizinhança é que são as únicas unidades significantes como comunidade (Lee, 1965). O aglomerado urbano já constitui novamente uma unidade significativa para a interacção social mais vinculada ao habitar, embora haja em geral uma diminuição na profundidade das relações sociais à medida que aumenta o cenário considerado⁽⁵¹⁾;

• *define-se em espaços sociogeográficos* cuja delimitação virtual é justificável para os que a habitam, começando por uma elevada e clara identificação do grupo social de coabitação com o alojamento, mas reduzindo-se um pouco nos espaços maiores, por exemplo na área da vizinhança alargada (Lee, 1965)⁽⁵²⁾.

• *processa-se em determinados locais consoante a natureza dos grupos sociais* em questão:

(i) espaços imediatos aos edifícios de habitação envolvendo grupos de crianças;

(ii) espaços próximos da habitação envolvendo jovens e idosos;

(iii) espaços mais longínquos (mais recatados ou, ao invés, mais urbanos) envolvendo adolescentes e adultos jovens;

(iv) espaços acolhedores e facilmente acessíveis para a generalidade dos moradores (mas com relevo para os idosos);

(v) equipamentos colectivos e seus espaços interiores e exteriores (para grupos sociais específicos, previstos nos programas desses equipamentos ou favorecidos pelas suas características: jovens, idosos, mulheres, sem actividade profissional, etc.);

(vi) diferentes locais consoante a dimensão do grupo, o sexo, a idade média ou o ideal comum;

(vii) o grupo mudará de locais quando mudarem as suas características objectivas e os seus interesses,

(51) Chama-se a atenção novamente para o facto de esta afirmação não invalidar o reconhecimento da riqueza das relações sociais ao nível das grandes urbes — fruto da diversidade e capacidade dos agentes —, nem invalida o inconveniente da dispersão dessas relações mais profundas.

(52) Por aí existir uma menor delimitação e definição físicas, por exemplo, por constituírem o lugar geométrico dos territórios de relações da vizinhança ou de amizades criadas pela proximidade (segundo os sujeitos residindo nesses territórios), ou por constituírem uma zona difusa, definida esta pelo lugar geométrico dos limites traçados pelos moradores com base em leituras formais, sobre fronteiras, barreiras, zonas de transição, etc., e conceitos como «área próxima da sua residência», «o seu bairro», etc..

ou quando mudarem determinadas características do ambiente físico (como a degradação, a poluição, etc.), ou social (como a mobilidade social ou residencial, uma ameaça do contexto social, etc.).

Embora exista uma propensão para uma certa espacialização — certos tipos de grupos reunirem-se em certos tipos de locais — não deixa de haver certos locais de interacção indiferenciada onde pessoas de diferentes características se encontram e onde é potenciada a cognição e a integração social mais ampla. No entanto, essa diferenciação terá que ser limitada para que a interacção social ultrapasse um nível mínimo; serão, portanto, de considerar os seguintes factores favoráveis à interacção social:

- *factores sociais* como a homogeneidade social a nível socioeconómico reforçada por laços afectivos (origem social) ou laços biológicos e culturais (etnia, parentesco, emigrantes da mesma região) e de identidade de interesses (cooperantes); existência de clima social normal uma vez que as situações de maior tensão provocam o recolhimento das pessoas e dos grupos (Lecuyer, 1976);

- *factores espaciais e formais* tais como: centralidade numa área considerada, ou boa acessibilidade geral a certos locais (por ex., de interacção social); dimensão que permita uma densidade e, portanto, uma diversidade adequadas ao encontro, ao convívio (Cousins et al., 1979), sem multidão, anonimato e promiscuidade⁽⁵³⁾; escala adequada ao tipo de interacção mais doméstica, mais residencial ou mais citadina e aos hábitos; boa habitabilidade, segurança e aspecto⁽⁵⁴⁾; proximidade nas relações interpessoais e intergrupo, maior ou menor consoante as características culturais (por ex., em Cabo Verde é muito valorizada) (Timms, 1971); barreiras que assegurem a privacidade desejada e, uma vez que a privacidade se coloca essencialmente ao nível do alojamento, a principal barreira é a acústica, seguida da visual (aqui a barreira tem o sentido inverso, i.e., permeabilidade); capacidade das pessoas e dos grupos de apreenderem as características do espaço (identificação/apropriação) para nele se projectarem e repre-

(53) A abordagem é essencialmente residencial, estão excluídas as relações sociais mínimas, as de trabalho e as de amizade, provocadas por motivos distintos da proximidade e em que há uma correlação positiva entre interacção social, animação urbana e densidade alta (Portas, 1967).

(54) Terminologia já perto da codificação técnica da qualidade a desenvolver na 2.ª parte do texto.

sentarem os seus valores, entre os quais estão as relações interpessoais e sociais⁽⁵⁵⁾.

A interacção social tem sempre uma motivação específica, explícita ou não, consciente ou não, que se adiciona ao seu fim geral de aquisição de conhecimentos necessários à formação da personalidade e às práticas individuais e colectivas. Esses fins, sejam mais específicos (por ex., a celebração litúrgica) ou mais indiferenciados (por ex., conversa de amigos) determinam o local escolhido, embora também as características destes espaços condicionem, por sua vez, o tipo e o desenvolvimento da interacção social possível (por ex., uma conversa em zona ruidosa). As possibilidades e capacidades do espaço, sejam as inatas, sejam as que se obtêm pela sua transformação, alimentam uma importante linha de estudos sobre as capacidades de desempenho do ambiente físico para dar resposta às necessidades humanas, à especialização funcional ou à multifuncionalidade, sempre numa perspectiva dinâmica.

Quanto ao seu conteúdo, as *relações que se processam na interacção social são de diferente natureza e, consoante essa natureza, assim se desenvolvem em diferentes locais*. Estas relações processam-se geralmente em espaços exteriores públicos, que funcionam como espaços de interacção social. No entanto, as relações mais profundas desenvolvem-se em espaços mais familiares, ou domésticos — geralmente espaços interiores — e as mais superficiais realizam-se, com frequência, em equipamentos colectivos (por ex., de consumo, de espectáculo). Do grande grupo intermédio entre estas duas situações extremas destacam-se as relações de vizinhança que se desenrolam na proximidade da habitação (por ex., em patamares, galerias, ruas, logradouros comuns, zonas de recreio de crianças, etc.).

c) *A segregação espacial em geral e residencial em particular* — A segregação de pessoas e grupos como fenómeno urbano corresponde ao isolamento (corte das ligações), à separação (ser posto de lado) ou à marginalização dessas pessoas e grupos em relação aos bens correntes e à vida normal. Esta

(55) Neste item cabe referir que o espaço é também uma relação topológica de elementos cuja topometria influi na qualidade do próprio espaço e na sua propensão à interacção espacial (Rapoport, 1970). Os próprios grupos sociais têm uma dimensão topológica (situação dos seus elementos no espaço), quer pela morada, quer no exercício da relação social (reunião do grupo) (Lecuyer, 1976).

segregação pode ser simplesmente social — por mera marginalização económica e social —, ou espacial — isolamento ou localização desfavorável à interacção social —, ou ainda, mista, que é a situação normal, pelas razões que serão a seguir aduzidas. A segregação pode atingir situações extremas em que o conceito começa a confundir-se com o de pobreza, no seu sentido lato ⁽⁵⁶⁾.

Se o fenómeno da segregação tem um sentido pejorativo, então «estar perto» é o que tem valor em sociedade. «Longe» e «perto» são relações próximas e, portanto, características espaciais. Nem tudo tem o mesmo valor para as pessoas e os grupos sociais e nem todas(os) têm iguais possibilidades de pagar a proximidade. A proximidade dos bens urbanos, que foi cara, baixou de preço quando estes se tornaram agressivos e poluidores e voltou a subir quando a periferia recebeu estas deficiências e o centro foi sendo recuperado. O «longe», o «perto» e os valores correspondentes estão dependentes de aspectos culturais, sociais e económicos. Numa perspectiva central, ou local, o «perto» é raro e, portanto, caro, o «longe» até certo ponto é barato. Deste modo, se o território tem os bens centralizados não há gestão que impeça a sobrevalorização do «perto», do central e a segregação de quem não o pode pagar ou obter. Mas também este apelo à centralidade como medida de valor tem várias contradições, designadamente pelo facto de que enquanto certos grupos desejam maior animação urbana, melhores equipamentos, melhores oportunidades sociais, culturais e económicas, maior acessibilidade, outros desejam mais espaço, mais sossego, uma vida mais natural, portanto, há uns objectivos que se satisfazem na centralidade e outros na periferia verde ⁽⁵⁷⁾. Os outros objectivos de interacção social são indiferentes em relação à posição no território, desde que se esteja perto dos seus iguais ou de grupos de referência cujos estatutos são desejados. Certos objectivos, como já vimos, têm um estatuto privilegiado, ou não, conforme as circunstâncias e os locais, é o caso da habitabilidade ou da segurança. A dicotomia «perto/longe» só perderia em parte o drama-

(56) A CEE define pobreza como exclusão da vida deenante e dos hábitos sociais e das actividades económicas (Brevan et al., 1982).

(57) Pode-se mesmo perguntar se a irradiação é uma segregação já que cada vez menos as pessoas associam a noção de habitat com a de centralidade, na medida em que os centros se despovoam ou se «terciarizam», embora se assista a uma certa reversão elitista deste fenómeno (Brevan et al., 1982).

tismo acima enunciado quando o território ganhasse, hipoteticamente, uma certa homogeneidade, como a mediania generalizada das grandes urbanizações, embora em prejuízo do interesse cultural e estético permitido pela diferenciação urbanística e espacial. Mas a realidade é que as diferenças sociais são a base da diferenciação física, sendo o índice de dissimilaridade uma medida da segregação (Timms, 1971). As pessoas têm a noção destas diferenças e ligam a sua localização no território a uma situação mais ou menos favorável e, portanto, entendem a mudança residencial como uma provável mudança de estatuto social e também de melhoria das condições de vida (se, por ex., também mudarem para uma moradia).

À falta de intensas e bem controladas políticas correctivas, o fenómeno da diferenciação residencial só tem tendência para se agravar e mesmo quando um grande aglomerado se descentraliza, ou ramifica, ele só vai repetir o modelo em outros lugares vizinhos no território. Por isso, repete-se a segregação, apesar da mobilidade residencial, e porque o factor determinante é a classe socioeconómica que, apesar de melhorias nos rendimentos impede, à família, «dar o salto por cima» para conseguir efectivamente, de forma estável e satisfatória, uma nova inserção urbana e social, num nível entendido como mais moderno e elevado ⁽⁵⁸⁾. cremos, no entanto, que este retrato que se encontra em muita literatura é característico mais das áreas metropolitanas do que dos actuais territórios urbanizados fora dessas áreas.

São factores de segregação segundo os vários aspectos anteriormente focados:

- a morfologia de ocupação do território urbanizado;
- as desigualdades no equipamento desse território;

(58) Por exemplo, a mudança residencial de uma área degradada e subequipada do centro para um novo conjunto residencial, de blocos, na periferia, também subequipado e em degradação física e social leva, em seguida, a família a desejar «um pequeno mundo» convertido na imagem da moradia situada em periferia ainda mais longe, onde se defrontará com outras formas de segregação, além das anteriores, i.e., com a distância, a sobrecarga nos transportes, a reduzida oferta de emprego, etc. Há, em contrapartida, a consciência das dificuldades de resolver o problema da segregação social pela mobilidade residencial em países como Portugal, pela escassez da oferta, pelas rendas quase congeladas, burocracia, etc. Mesmo num mercado mais aberto, como é o caso do britânico, as restrições urbanas e residenciais marcam mais a localização residencial que o emprego (Pahl, 1970).

- a insuficiência, ou inexistência, de planeamento correctivo;
- a incapacidade de gerir, no sentido de justiça, a escassez de solo privilegiado;
- as dificuldades económicas locais;

a que se associam outros factores relacionados, ou dependentes, tais como:

- a reduzida participação no planeamento;
- as reacções sociais de natureza cultural e étnica;
- a mobilidade residencial forçada.

A segregação é objecto de medidas espontâneas de combate pelos próprios indivíduos, grupos e classes sociais, embora nem sempre perfeitamente assumidas como tal, como é o caso da mobilidade residencial, que, como se viu, é mais uma mobilidade geográfica do que residencial no sentido de mudar para um ambiente residencial melhor. Soluções técnicas como a mistura social ou a coexistência social são geralmente pouco eficazes, especialmente se não forem suportadas artificialmente por medidas socioeconómicas mas que, mesmo assim, embora protejam os mais débeis não impedem os mais afortunados de mudar para outras áreas, por sentirem que tal vizinhança os despromove (Timms, 1971)⁽⁵⁹⁾.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Ch. — *Major changes in environmental form required by social and psychological demands*. *Ekistics* n.º 165, Agosto, 1969.
- APPLEYARD, Donald — *Professional priorities for environmental psychology*, in «Proceedings of the Lund Conference - Architectural psychology». Stroudsburg, Pensilvânia, Dowden, Hutchinson & Ross, Inc., 1973.
- BAUDRILLARD, Jean — *La genèse ideologique des besoins*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Tomo 47, 1969.
- BENEVOLO, Leonardo — *História de la architecture moderna*. Madrid, Taurus Ediciones, 1967.
- BOGDAN, Robert; TAYLOR, J. — *Introduction to qualitative research methods. A phenomenological approach to the social sciences*. London, John Wiley & Sons, 1975.
- BREVAN, C. et al. — *Vivre en ville — éléments pour un débat*. Paris, Service Technique de l'Urbanisme, 1982.
- CABRITA, A. M. — *Tipificação do parque habitacional*. Lisboa, LNEC, 1986.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. — *Des Hommes et des Villes*. Col. Etudes et Documents. Paris, Poyot, 1965.
- CHOMBART DE LAUWE, P. et al. — *Famille et habitation*, vol. II, *Un essai d'observation experimentale*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1959.
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. — *Périphérie des villes et crise de civilization*. Paris, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXII, 1982.
- COELHO, António B.; CABRITA, António M. — *Espaços exteriores em novas áreas residenciais*, vol. 3, *Necessidades humanas e exigências funcionais dos espaços exteriores de uma nova área residencial*. Lisboa, ed. LNEC, 1980.
- COUSINS, A.; NAGPAUL, H. — *Urban Life — The sociology cities and urban society*. New York, John Wiley & Sons, 1979.
- DOLING, John — *The family life cycle and housing choice*. *Urban Studies*, vol. 13, n.º 1, Fev. 1976.
- KAÉS, René — *Vivre dans les grands ensembles*, col. *Vivre son temps*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1963.
- LÉCUYER, R. — *Adaptation de l'homme à l'espace, adaptation de l'espace à l'homme*. *Le Travail Humain*, Tomo 39, n.º 2 (1976).
- LEDROUT, Raymond — *Sociologie urbaine*. Paris, P.U.F., 1968.
- LEE, R. Terence — *Psychology and living space*. London, *Transactions of the Bartlett Society*, vol. 2, 1963-4 1965.
- LEFEBURE, Henri — *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Coll. Idées, n.º 162, Paris, ed. Gallimard, 1972.
- LEMEL, Y.; VERGER, D. — *Composition démographique et cycle de vie — Quelques réflexions sur le contenu et la notion de type de ménage*. Paris, *Revue Française de Sociologie*, XXVII, Abr./Jun. 1986.

(59) Como solução técnica que é, esta matéria é apenas afluída nesta 1.ª parte do documento pois cabe mais à 2.ª parte conforme foi exposto na Introdução.

- LOZONCZI, Agnès — *Conflits d'adaptation et rôle promoteur des aspirations*, in «Transformations de l'environnement des aspirations et des valeurs». Paris, Centre National de Recherches Scientifiques, 1976.
- MANGIN, W. — *Introdução de Peasants in cities: readings in the anthropology of urbanization*. Boston, Houghton Mifflin Comp., 1970.
- MUMFORD, Lewis — *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itaticiaia Ld., 1961.
- PAHL, R. E. — *Patterns of urban life*. London, Longman, 1971.
- PEREIRA, Maria da Luz Valente — *Método de apoio técnico à acção de desenvolvimento socio-urbanístico de uma área urbana de intervenção*. Vol. I — *O método*; Vol. II — *A metodologia*. Lisboa, ed. LNEC, 1986.
- *Arquitectura urbana. Métodos e critérios de projecto (Nota técnica)*. Lisboa, ed. LNEC, 1986.
- PEREIRA, M.^a da Luz Valente; GAGO, M.^a Amélia C. — *O uso do espaço na habitação*. Lisboa, LNEC, 1974.
- *Inquérito à habitação urbana — Características da amostra*. Lisboa, LNEC, 1974.
- RAPOPORT, Amos — *The present state of man-environment studies*. Architect's Journal, 1970/05/06.
- *The ecology of housing*. Atenas Ekistics, 36 (231), Agosto 1973.
- *Some perspectives on human use and organization of space*. London, Arch. Ass. Quarterly, 5 (3), 1973.
- TIMMS, Duncan — *The urban mosaic. Towards a theory of residential differentiation*. London, Cambridge University Press, 1971.

O presente texto faz parte de um trabalho mais amplo sobre a Qualidade da Habitação, mais concretamente da sua II Parte sobre a procura individual e social da qualidade. É feita uma apresentação de alguns dos principais aspectos que contribuem para a definição da realidade social e cultural (a cultura urbana, a estrutura social, as relações sociais, a sociologia da família) e para a definição da realidade física, o habitat (as morfologias, as necessidades de edificação, as novas situações no habitat). Estas duas descrições participam depois na descrição da realidade ecológica social onde se referem temas como o da relação entre a interacção social e o ambiente físico e o da segregação espacial e residencial.

ABSTRACT

This article is part of a wider work on Housing Quality, namely on the social and individual demand of quality. The author stresses some of the main aspects contributing to the definition of social and cultural components (urban culture, social structure, social relations, family sociology) and to the definition of physical reality, the habitat (morphologies, housing needs, new environmental life ties). These two descriptions are components of the socioecological reality, where the author discusses the relationships between social interaction and physical environment, and spatial and residential segregations.